

**ERRATA DO EDITAL (14/08/2024)**

Informamos que foi identificada necessidade de ajuste na redação dos itens 8.45 e 8.46 do Anexo I – Termo de Referência (fl. 85/137), que passam a ter a seguinte redação:

**Onde se lia:**

8.45 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como **as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.**

8.46 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

**Leia-se:**

8.45 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como **as cláusulas previstas neste Edital e seus anexos.**

8.46 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras **previstas neste Edital e seus anexos.**

**Tendo em vista que o ajuste efetuado não interfere na formulação das propostas, os prazos anteriormente agendados permanecem inalterados.**

A Licitadora

**AVISOS**

**AVISO 1:** Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)).

**AVISO 2:** Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações

CAIXA, assim o licitante não terá mais que realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenham interesse de participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;

- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;
- ✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;
- ✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;
- ✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;
- ✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;
- ✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;
- ✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;
- ✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

### **NOSSOS VALORES ÉTICOS**

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

### **RESPEITO**

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

### **HONESTIDADE**

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

### **COMPROMISSO**

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
- ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
- ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
- ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.

- ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
- ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- ✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.
- ✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

**TRANSPARÊNCIA**

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

**RESPONSABILIDADE**

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

**EDITAL****CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT****LICITAÇÃO CAIXA 0215/2024 – CECOT tipo MENOR PREÇO****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 25/07/2024**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações em Recife/PE – CECOT/RE, representada por Licitador designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelo Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até as 23:59 horas do dia 15/08/2024 - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até as 10:00 horas do dia 16/08/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às 10:00 horas do dia 16/08/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das 14:00 horas até às 14:30 horas do dia 16/08/2024, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até as 23:59 do dia 09/08/2024, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE



desejada → selecionar o link **IMPUGNAÇÃO** → no certame/item desejado selecionar o link **ENVIAR IMPUGNAÇÃO** → registrar os argumentos e confirmar.

- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “**PESQUISA DE CERTAME**”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “**IMPUGNAÇÃO**” → selecionar o botão “**CADASTRAR IMPUGNAÇÃO**” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “**ENVIAR IMPUGNAÇÃO**”.

A decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 3 dias úteis contados do seu recebimento.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos até as 16:00 horas do dia 09/08/2024, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão **ENTRAR** → digitar o CPF → acionar o botão **RECEBER CÓDIGO** → informar o **CÓDIGO** recebido no e-mail → digitar a **SENHA** → acionar o link **LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR**, selecionar **ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA** ou **ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA** → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a **MODALIDADE** desejada → selecionar o link **QUESTIONAMENTO** → no certame/item desejado selecionar o link **ENVIAR QUESTIONAMENTO** → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “**PESQUISA DE CERTAME**”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “**QUESTIONAMENTO**” → selecionar o botão “**CADASTRAR QUESTIONAMENTO**” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “**ENVIAR QUESTIONAMENTO**”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até 2 dias úteis antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

## **1 DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de assessoria técnica em saúde e apoio a gestão operacional dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, por meio da execução de Contra Auditoria e elaboração de pareceres, scripts e relatórios para fins de subsidiar a CAIXA quanto a parâmetros regulatórios na Tabela Geral de Eventos – TGE, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

<b>ANEXO I</b>	TERMO DE REFERÊNCIA
<b>ANEXO II</b>	MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
<b>ANEXO III</b>	PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS PELA CAIXA
<b>ANEXO IV</b>	MINUTA DE CONTRATO
<b>ANEXO V</b>	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
<b>ANEXO VI</b>	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA
<b>ANEXO VII</b>	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.1 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do contrato constam dos Anexos deste Edital.

## **2 DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, inclusive as empresas reunidas em consórcio, que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.

- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis em qualquer Unidade Cadastradora.

- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-financeira.

- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.

- 2.1.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.

- 2.1.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.9.

- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou



microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses do §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.

- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE, termo que também se aplica à COOPERATIVA EQUIPARADA, se for o caso.
- 2.2.1.1 Por força do Artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, a cooperativa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, usufruem dos mesmos benefícios atribuídos às MPE pela LC 123/2006 nesta licitação.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE, inclusive COOPERATIVA EQUIPARADA, se for o caso, deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.8.
- 2.3 Poderão participar desta Licitação CAIXA as empresas, isoladas ou em consórcio, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.
- 2.3.1 As empresas consorciadas ficam impedidas de participar desta licitação em mais de um consórcio ou isoladamente.
- 2.3.2 As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases da licitação e durante a vigência do contrato.
- 2.3.3 Será admitida a participação de empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, desde que se apresentem consorciadas.
- 2.4 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.5 **Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):**
  - 2.5.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.5 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
  - 2.5.2 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos

da sanção;

- 2.5.3 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.5.4 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.5.5 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.5.6 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.5.7 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.5.8 Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.5.9 De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto, básico ou executivo;
- 2.5.10 De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

2.6 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.5 acima:

I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da CAIXA;

b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;

c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.

III Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

2.7 Também é expressamente proibido à participante, conforme item 7 do Anexo I – Termo de Referência:

a) Possuir qualquer tipo de vínculo com credenciados dos benefícios de assistência à saúde sediados na abrangência contratual, abrangendo empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico entendidas como empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

b) Possuir médicos e/ou enfermeiros responsáveis e contratados alocados para a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, que assumam cargo de chefia, de qualquer natureza, em instituições credenciadas do Saúde CAIXA;

c) Possuir contrato firmado com a CAIXA para prestação de serviços de Auditoria Externa, Regulação e/ou Processamento de Contas aos benefícios de assistência à saúde;

d) Possuir sócio(s) ou dirigente(s) que sejam cônjuge ou companheiro(a) de empregado(a) da CAIXA;

e) Possuir beneficiários do plano de assistência à saúde no seu quadro funcional ou societário.

### **3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO**

3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.

3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.

3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.

3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.

- 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “Credenciamento em Novos Certames” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.

- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.6.2.3 A cooperativa que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do artigo 3º da LC 123/2006, também deve selecionar a opção mencionada no item 3.6.2, para usufruir do mesmo tratamento dispensado às MPE.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA e Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA ou pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

#### **4 DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o portal de Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-Mail ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva

da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:
  - 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk** – 4004 0104 – Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
  - 4.4.3 solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Licitação CAIXA.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação no repositório do cadastro do Fornecedor (“Guarda de Documentação de Habilitação”), no Portal Licitações CAIXA.

## **5 DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO**”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “**ANEXAR PROPOSTA**” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo



**ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.

- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
  - 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), número de telefone, fax e *e-mail*;
  - 5.3.2 Preços unitários e global para os serviços indicados no Anexo I – Termo de Referência, de acordo com o modelo de proposta (Anexo II), atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
    - 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
      - 5.3.2.1.1 Os tributos, contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias devem ser cotados nos percentuais estabelecidos em legislação ou norma vigente, devendo o licitante prever em sua planilha de composição do preço todos os custos e benefícios fiscais inerentes ao objeto ou à atividade desempenhada, observando as particularidades tributárias de cada segmento.
      - 5.3.2.1.2 Não podem ser incluídos nos preços propostos os custos relativos ao IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), seja na composição do BDI (Benefícios e Despesas indiretas), seja como item específico da planilha orçamentária/ composição do preço.
      - 5.3.2.1.3 A empresa optante do Simples Nacional deve excluir do percentual da correspondente alíquota definida nos Anexos da LC 123/06 os percentuais relativos ao IRPJ e à CSLL.
      - 5.3.2.1.4 Em caso de renúncia de parcela ou de totalidade da remuneração relativa a materiais ou instalações de sua propriedade, o licitante deve indicá-los.

- 5.3.2.1.5 Na definição do preço a ser proposto, em se tratando de MPE, a empresa deve considerar eventual elevação dos custos decorrentes de seu desenquadramento da situação de MPE nos termos da LC nº 123/2006, caso ocorra a extrapolação do faturamento que permite a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado durante a execução do contrato, uma vez que tal situação não configura motivo para reequilíbrio e/ou repactuação.
- 5.3.2.1.6 A cooperativa deve adequar a planilha de composição de preços, em razão de seu regime jurídico, não podendo prever custos que não sejam pertinentes à sua natureza, a exemplo de obrigações trabalhistas.
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Prazo de validade da proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.4 Declaração da licitante de que:
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
  - II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.
  - III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
- 5.3.5 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-M@il, a confirmação do recebimento da proposta.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.

5.6 No caso de empresas em consórcio, a proposta deverá ser feita em nome da empresa líder, e nela deverão ser relacionados o nome e CNPJ de todas as consorciadas.

## **6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7 abaixo.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 10 deste edital.

6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da Proposta Comercial conforme item 5.3, com os valores adequados ao preço do melhor lance, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- condições dos itens 6.5 e subitens, e
- compatibilidade do preço ofertado com os insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto desta licitação, acrescidos dos respectivos tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, benefícios e despesas indiretas.

6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até 03 (três) horas, a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.

### **6.5 Será desclassificada a proposta que:**

6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

- 6.5.2 contendo vícios insanáveis;
- 6.5.3 apresentando preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 apresentando preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
  - 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.5 apresentando preços superiores aos valores estimados pela CAIXA;
  - 6.5.5.1 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário(s), que se apresentem superiores aos máximos admitidos pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo I.
    - 6.5.5.1.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.
    - 6.5.5.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.
- 6.5.6 Apresentando declaração de enquadramento como MPE, mas extrapole o faturamento previsto no art. 3º, inciso II da LC 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o art. 3º, § 2º, em caso de início de atividade no ano vigente, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12, do referido artigo.
- 6.5.7 que apresente preço simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.8 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, inclusive, no que se refere à apresentação de especificações claras e precisas, com a indicação de marcas, cores, formato, etc., e anexação de catálogos ou croquis ilustrativos para melhor identificação do material cotado, quando for o caso.

6.9 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.

6.9.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

## **7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO**

7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao PREÇO GLOBAL.

7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 15 deste Edital.

7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.

7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:

7.2.1 a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.2.2 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

7.2.3 os lances a serem ofertados devem corresponder ao PREÇO GLOBAL.

7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.

7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta)

minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.

- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.5.3 Os lances intermediários são lances iguais ou superiores ao melhor já ofertado, porém, inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 7.5.4 O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances será de **0,01% (zero vírgula zero um por cento)** e incidirá sobre o lance ofertado pelo próprio licitante.
- 7.5.5 Na hipótese de não haver novos lances durante a prorrogação automática, na forma estabelecida no item 7.5.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.5.6 Encerrada a etapa de lances, sem prorrogação automática pelo sistema, o Licitador, assessorado pela equipe de apoio poderá reiniciar a etapa de lances, mediante justificativa no sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
  - 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
    - 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade de o licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se enquadra como MPE.
    - 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.



- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I com tecnologia desenvolvida no País;
  - II produzido de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
  - III produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - IV produzido ou prestado por empresas brasileiras;
  - V produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - VI produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência

e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.

- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de **forma linear** sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) - acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link → “**EFETUAR NEGOCIAÇÃO**”.
- 7.13 Quando da negociação o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.9, a proposta comercial, com a descrição detalhada dos custos, observado o item 6.10, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas, nos termos do subitem 6.5.5.1.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

## **8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO**

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
  - qualificação técnica;
  - qualificação econômico-financeira;
  - regularidade fiscal federal e trabalhista;
  - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link “Vincular Documentação de Habilitação” e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e,

para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.

8.1.2 As instruções também constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.

8.2 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal:

**Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

**Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica prevista nos itens 8.3.1 ao 8.3.3;

**Nível III** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Regularidade Fiscal definida no item 8.4;

**Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

**Nível VI** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente, conforme solicitado nos itens 8.5.1 a 8.5.3.1.1.

8.2.1 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.2.2 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese de aquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.9.

8.2.3 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘on line’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.

8.2.4 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.2.5 Na hipótese de as empresas em consórcio sagrarem-se vencedoras da licitação, ficarão obrigadas a promover a constituição e o registro do consórcio,

em até 45 dias a partir da convocação da CAIXA para assinatura contratual.

- 8.2.6 No caso de empresas reunidas em consórcios, deverão ser observadas as seguintes condições:
- 8.2.6.1 Todas as empresas deverão satisfazer, individualmente, as condições de habilitação, exceto em relação a qualificação técnica;
- 8.2.6.2 Deve ser apresentado, na forma do item 8.9, documento, público ou particular, comprovando o compromisso de as empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder, a qual será a representante das consorciadas perante a CAIXA.
- 8.2.6.3 No consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras é obrigatório que a liderança seja exercida por empresa brasileira. Ressalta-se que a responsabilidade contratual é solidária entre os todos os consorciados.
- 8.3 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:
- 8.3.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.3.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.3.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.3.5 No caso de cooperativa, a habilitação jurídica deverá ser comprovada também por meio da apresentação da seguinte documentação:
- Ata de constituição devidamente registrada, contemplando atividade específica que se enquadra no objeto da licitação;
  - Ata de Assembleia ou relação emitida pela cooperativa informando os associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no atual exercício social, se disponível, e do último exercício social findo, emitida por força do § 2º do art. 92 da lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 8.4 A documentação relativa à **regularidade fiscal federal e trabalhista** consistirá em:

- 8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.4.2 prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CPEND), na forma da lei.
- 8.4.3 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) caso não seja atendida pela Certidão mencionada no item 8.3.2.
- 8.4.4 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.4.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- 8.4.5.1 Caso seja apresentada à CAIXA, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
- 8.4.6 O licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.4.6.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.
- 8.5 A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:
- 8.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.5.2 comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.

8.5.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais).

8.5.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei:

$$\blacksquare \text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo Total} - \text{Passivo Total (Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante)}$$

8.5.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.5.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.5.2 e 8.5.3, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

8.5.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

8.5.3.3.1 publicado em Diário Oficial; ou

8.5.3.3.2 publicado em jornal, ou

8.5.3.3.3 por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

8.5.3.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta



Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

8.5.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

8.5.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.5.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

8.5.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.5.5 No caso de consórcio, deverá ser comprovado que elas possuem, em conjunto, patrimônio líquido não inferior ao indicado naquele subitem.

8.5.6 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.6 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a vinculação dos seguintes documentos:

8.6.1 Apresentação de, *no mínimo, 01 (um) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.*

8.6.1.1 para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m):

*a) que a licitante desempenhou ou está desempenhando, de forma plenamente satisfatória, por 1 (um) ano consecutivo ou não, serviços de análise de dados contemplando a disponibilização de ferramenta tecnológica que realize o apontamento de possíveis erros/inconsistências/divergências em Guias TISS de Atendimento de credenciados e solicitações de autorizações prévias para operadoras de planos de saúde, autogestões de saúde, cooperativas de assistência à saúde e/ou medicina de grupo.*

8.6.2.2 o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

8.6.2.2.1 No caso de empresas em consórcio será admitido o somatório dos atestados

- 8.6.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.4.1 Os documentos citados no subitem 8.6 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.6.4.1.1 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.7 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.7.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento, na forma do item 3.
- 8.8 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.9 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.9.1 ou 8.9.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 03 (três) horas, a contar da solicitação do Licitador.
- 8.9.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - b) Ata de constituição da cooperativa devidamente registrada e Ata da Assembleia ou relação emitida pela cooperativa informando os associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no atual exercício social, se disponível, e do último exercício social findo;
  - c) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - d) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
  - e) Os licitantes que possuem natureza de entidades cooperativas devem apresentar relação indicando os associados que atendem aos requisitos técnicos exigidos neste ato convocatório e que prestarão os serviços objeto

da futura contratação].

- f) Documento, público ou particular, comprovando o compromisso de as empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder que será a representante das consorciadas perante a CAIXA.
- g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VII).

8.9.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:

- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
- b) Ata de constituição da cooperativa devidamente registrada e Ata da Assembleia ou relação emitida pela cooperativa informando os associados admitidos, demitidos, eliminados e excluídos no atual exercício social, se disponível, e do último exercício social findo;
- c) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- d) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
- e) Documentação relativa à regularidade fiscal;
- f) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
- h) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO VI);
- g) Os licitantes que possuem natureza de entidades cooperativas devem apresentar relação indicando os associados que atendem aos requisitos técnicos exigidos neste ato convocatório e que prestarão os serviços objeto da futura contratação.
- h) Documento, público ou particular, comprovando o compromisso de as empresas constituírem o consórcio e indicando a empresa-líder que será a representante das consorciadas perante a CAIXA.
- i) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VII).

8.9.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.9, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.

8.9.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.

8.9.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.

8.9.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), uma única vez, que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.

- 8.10 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo IX - DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE assinado.
- 8.10.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.10.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 20.17 ou por assinatura física.
- 8.10.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.10.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT/RE - Rua Vinte e Quatro de Agosto, nº 209, Torre 2, 2º andar, Santo Amaro, Recife/PE – CEP: 50.040-190, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Licitador.

## **9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 9.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.9.
- 9.1.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br). Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.2 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.

- 9.2 Prosseguindo, o Licitador efetuará a consulta *'on line'* ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Licitador a Declaração de "Situação do Fornecedor".
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.9.
- 9.3 É assegurado ao licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhá-lo atualizado, juntamente com a documentação na forma do item 8.9.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 03:00 (três) horas a contar da solicitação pelo licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, após verificação da documentação de habilitação.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- Ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
  - CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br/](http://www.cnj.jus.br/), em "Sistemas", no item "CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de

“Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;

- SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

- 9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

**9.7 Não será habilitada a empresa que:**

- 9.7.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 9.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.7.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.7.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 9.7.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.7.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.5 deste edital.
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que um licitante atenda plenamente às exigências do Edital.
- 9.9 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**10 DOS RECURSOS**

- 10.1 Atendidas plenamente todas as condições do edital, e após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(s) desta LICITAÇÃO CAIXA, qualquer licitante poderá manifestar motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade



LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link “*INTENÇÃO DE RECURSO*” → selecionar o botão “*INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO*” → inserir a descrição argumentos → clicar em “*ENVIAR*”, no prazo de até 30 (trinta) minutos a partir da comunicação pelo sistema.

- 10.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 10.1.
- 10.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “*ENTRAR*” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “*CONTRARRAZÃO*”, registrar os argumentos e confirmar.
- 10.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 10.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Licitador autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 10.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

## **11 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

- 11.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo IV).

- 11.3 Fica impedida de ser contratada para a execução de serviço objeto desta licitação o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.5 do edital.
- 11.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis exigidos como habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.
- 11.5 Para o caso de empresas reunidas em consórcio, são condições para assinatura do contrato com a CAIXA:
- a) é obrigatória a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
  - b) devem apresentar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, consoante IN RFB nº 1863, de 27/12/2018.
- 11.6 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.7** Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 11.8 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 11.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 11.8.1.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
- 11.8.1.2 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA na forma do item 3.
- 11.8.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 15 deste Edital.
- 11.9 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar a Licitação CAIXA e convocar os licitantes remanescentes,

respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste Edital.

- 11.10 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.10.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 11.9.

## **12 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 12.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

## **13 DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 13.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 3% (três por cento) do valor total do contrato.
- 13.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
- 13.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 13.2.1.2.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 13.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 13.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;

- 13.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
- 13.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 13.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- 13.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- 13.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo mínimo ou máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- 13.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal, bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- 13.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- 13.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- 13.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 13.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 13.2.2.2.
- 13.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver,

devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;

c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;

d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

13.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;

c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;

d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

13.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

13.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

13.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

13.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária apresentada em papel timbrado da instituição financeira emissora e que possua todos os requisitos a seguir:

a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos), caso o registro seja feito pela via

eletrônica, deve-se verificar a autenticidade do documento pela chave de acesso apresentada;

b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;

a) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

b) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;

c) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 14.6 deste Edital;

d) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;

e) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

f) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

- 13.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 13.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 13.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 3% (três por cento) do valor global contratado.
- 13.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas

justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

#### **14 DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 14.1 A CAIXA, após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

#### **15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na minuta de contrato (Anexo IV):

I multa;

II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

- 15.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato (Anexo IV);

- 15.1.2 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Contrato (ANEXO IV).

- 15.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.

IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;



VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

VIII Não mantiver a proposta;

IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;

X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.

15.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

15.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

15.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

## **16 DOS ILÍCITOS PENAIS**

16.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

## **17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento SAP nº 8000027487 e item de acompanhamento orçamentário nº 5303-37 – “Consultoria do PAMS”.

## **18 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

18.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o

direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **19      DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

19.1      O contrato a ser firmado terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da CONTRATADA, por períodos sucessivos, até o limite permitido na Lei nº 13.303/2016.

19.1.1    O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

## **20      DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1      A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.

20.2      Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.

20.3      Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.

20.4      Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

20.5      Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

20.6      Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

20.7      Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOTRE, em Recife/PE.

20.8      É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.9      Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual

constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Licitação CAIXA.

- 20.10 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhados continuam válidos.
- 20.10.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 20.11 Os esclarecimentos acerca desta licitação serão disponibilizados no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), no quadro **“Painel Geral”**, selecionar o número do certame desejado e clicar na aba **“Pedidos de Esclarecimento”**.
- 20.12 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 20.11.
- 20.13 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 20.14 A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial do contrato, com a anuência prévia e por escrito da CAIXA, limitada a subcontratação para os serviços de:
- a) Será permitida a subcontratação pela CONTRATADA de profissionais médicos e enfermeiros, para fins de execução das atividades pertinentes a estes profissionais, conforme previsto no Anexo I - Termo de Referência, desde que os profissionais alocados na prestação de serviços atendam aos requisitos previstos no referido anexo.*
- 20.14.1 Para análise da empresa para a qual eventualmente for proposta a subcontratação relacionada acima, será exigida, anteriormente à manifestação da CAIXA, a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica, nos mesmos limites exigidos do licitante no item que trata de habilitação.
- 20.14.1.1 A CAIXA verificará a regularidade da subcontratada em relação aos impedimentos de licitar e contratar, não sendo admitida a subcontratação no caso de impedimento, conforme item 9.5.
- 20.14.1.2 A subcontratada deve emitir declaração informando não se enquadrar nas hipóteses previstas no item 2.4 e subitens.
- 20.14.2 No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.
- 20.14.3 No caso da CONTRATADA ser sociedade cooperativa é vedada a subcontratação.

- 20.15 Encerrada a Licitação CAIXA, o Licitador disponibilizará aos interessados os valores do orçamento previamente estimado para a contratação.
- 20.16 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- 20.17 Quando do agendamento de ações/atividades que estipulem prazos, a licitante receberá, na sua “Área do Licitante (área logada)”, uma NOTIFICAÇÃO DE ALERTA com as informações pertinentes a ação/atividade.
- 20.18 Caso necessário a divulgação, pelo licitador, de comunicados importantes no decorrer do certame, aparecerá, no endereço mencionado acima, a aba AVISOS, em “Detalhes da Licitação CAIXA”, onde o conteúdo dos comunicados poderá ser consultado.

**21 DO FORO**

- 21.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Pernambuco, na cidade de Recife.

Recife, 14 de agosto de 2024.

Priscila Gama Bortolai  
Licitadora

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa de assessoria técnica em saúde e apoio a gestão operacional dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, por meio da execução de Contra Auditoria em saúde por profissionais médicos e enfermeiros e ferramentas sistêmicas próprias que utilizam-se de motores de regras e parâmetros e técnicas de *Data Science*, *Data Analytics*, *Machine learnig* e inteligência artificial, nos processos de faturamento dos prestadores credenciados, liberação de autorizações prévias e pedidos de reembolso aos beneficiários, tratados inicialmente pelas empresas contratadas pela CAIXA de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas, possibilitando a CAIXA a identificação, correção e/ou reversão de desperdícios de recursos, erros, inconsistência e/ou fraudes; elaboração de pareceres, scripts e relatórios para fins de subsidiar a CAIXA quanto a parâmetros regulatórios baseados em preceitos da clínica médica e especialidades em saúde, a serem incorporados/parametrizados na Tabela Geral de Eventos - TGE constante nos Sistema de Gestão do Sistema de Gestão dos benefícios de assistência à saúde para fins de obter melhorias nos controles na auditoria de contas e regulação; objetivando a CAIXA mitigar fraudes e desembolsos indevidos e controlar os custos assistenciais dos benefícios de assistência à saúde em conformidade com as disposições deste Edital e anexos, que o integram e complementam.

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.2 A prestação dos serviços de auditoria e assessoria em saúde à CAIXA, objeto desta licitação, compreende a execução das atividades a seguir:

- a) disponibilização de profissional médico para atendimento à prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, acessível por meio telefônico, plataforma de vídeo e *e-mail*, além de participação em reuniões periódicas e/ou eventualmente convocadas pela CAIXA;
- b) disponibilização de profissionais em enfermagem para atendimento à prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, acessível por meio telefônico, plataforma de vídeo e *e-mail*, além de participação em reuniões periódicas e/ou eventualmente convocadas pela CAIXA;
- c) elaboração e envio à CAIXA de leiautes discriminando informações e formato de dados necessários à importação em sistema da CONTRATADA de Guias TISS de Atendimento

faturadas aos credenciados, solicitações de autorizações prévias liberadas e reembolsos de assistências realizadas aos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;

d) ajuste dos leiautes fornecidos à CAIXA para extração de dados e importação em sistema da CONTRATADA, conforme necessidades da CAIXA;

e) realização do tratamento dos dados extraídos e disponibilizados pela CAIXA a partir do leiaute acordado entre as partes, de forma a apurar e corrigir inconsistências, assim como efetuar classificações e segregação de dados, por meio de técnicas de normalização dos dados (*data cleaning*);

f) realização de classificação, agrupamento e qualificação dados, por meio de técnicas de *Data Science*, *Data Analytics*, *Machine learning* e inteligência artificial, de forma a apurar o pagamento/liberação pelas empresas contratadas da CAIXA de Auditoria Externa, Regulação e/ou Processamento de contas, de assistências em saúde em desconformidade com a conduta da clínica médica esperada; com inconsistências, erros, inconformidades em relação aos regimentos dos benefícios de assistência à saúde e normativas da ANS; com valores e/ou quantidades muito acima da prática de mercado; com consumo excessivo de recursos e insumos; com indícios de fraudes e/ou com negociações com a rede credenciada desvantajosas à CAIXA, além de práticas de credenciados e/ou das empresas contratadas pela CAIXA de Regulação, Processamento de Contas e Auditoria Externa que onerem à CAIXA e/ou acarretem no aumento do custo assistencial dos benefícios de assistência à saúde;

g) disponibilização e atualização periódica de relatórios, painéis (*dashboards*) e indicadores em sítio na internet, para pesquisa a qualquer tempo pela CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas, com possibilidade de exportação das informações, conforme diretrizes e necessidades da CAIXA, referente aos achados quanto as inconsistências e inconformidades apurados nas Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorizações prévias liberadas e reembolsos de assistências realizadas aos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, conforme previsto neste Termo de Referência;

h) Importação e análise de dados de históricos dos últimos 24 (vinte e quatro meses) das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, Autorizações prévias tratadas e Reembolsos aos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, de forma a possibilitar a realização de aprendizagem pelo algoritmo matemático utilizado pela inteligência artificial;

i) Utilização pela CONTRATADA, e disponibilização de acesso à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas para consulta as tratativas realizadas pela CONTRATADA, de ferramenta própria de Contra Auditoria e análise de dados que apresente os relatórios analíticos de apuração das inconsistências e inconformidades, referente



as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários;

j) Realização de Contra Auditoria, por meio da revisão, análise, auditoria técnica em saúde por profissional médico e de enfermagem dos achados quanto as inconsistências e inconformidades apurados na ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados da CONTRATADA, de forma a ratificar a existência de possíveis divergências nas Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorizações prévias liberadas e reembolsos de assistências realizadas aos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, para fins de reversão de pagamentos indevidos aos credenciados, estorno de reembolsos incorretos, e/ou correção de autorizações liberadas em desconformidade, além de possibilitar a CAIXA a apuração da origem da ocorrência viabilizando sanções aos responsáveis caso necessário;

k) Emissão de parecer formal técnico por profissional médico e/ou de enfermagem, conforme previsto neste Termo de Referência e diretrizes da CAIXA, em cada um dos processos/registros identificados com inconsistências e inconformidades pela ferramenta de análise de dados da CONTRATADA e ratificados pelos profissionais em saúde, de forma a embasar a reversão das ocorrências e subsidiar a CAIXA em possíveis questionamentos e sanções aos responsáveis, caso necessário;

l) Realização da Contra Auditoria das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorizações prévias liberadas e reembolsos de assistências realizadas aos beneficiários, a partir dos registros e apontamentos/informações fornecidos pela ferramenta de análise de dados da própria CONTRATADA, registros nos Sistemas de Gestão da CAIXA, perícias documentais, se necessário, verificando a pertinência dos serviços/assistências pagos/liberados, assim como insumos vinculados, conforme preceitos técnicos da clínica médica e de saúde esperada, orientações e normas da CAIXA, rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde, resoluções e instruções normativas da ANS, ANVISA, AMB e Conselhos de classe profissionais;

m) Operacionalização nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde de todo o processo de Contra Auditoria, conforme orientações da CAIXA;

n) Operacionalização nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde da reapresentação de PEG/Guias TISS de Atendimento/Eventos faturados aos credenciados e/ou reembolsados aos beneficiários com indicativo de inconformidades, conforme apuração da Contra Auditoria;

o) Análise e controle da efetividade da Contra Auditoria por meio dos tratamentos efetuados pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde das reapresentações realizadas pela

CONTRATADA das Guias TISS de atendimento faturadas aos credenciados e Reembolsos com indícios de inconsistências apurados na Contra Auditoria, a partir da importação dos dados de reapresentações disponibilizados pela CAIXA, em ferramenta própria de análise de dados, conforme leiaute acordado;

p) Análise e controle da efetividade da Contra Auditoria nas Guias TISS de atendimento faturadas aos credenciados, Reembolsos e Autorizações Prévias por meio da importação em sua ferramenta de relatórios e painéis (*dashboards*), de relatórios de controle das revisões com registro de concordâncias aos apontamentos pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas, conforme leiaute e formato de dados estabelecido pela CAIXA;

q) Disponibilização à CAIXA de relatórios e painéis (*dashboards*) *online* em sítio na internet com resultados efetivos do processo de Contra Auditoria a partir da análise dos dados do tratamento e faturamento das reapresentações das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados e reembolsos aos beneficiários, e respostas das empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas no relatório de controle das revisões a ser importada em ferramenta de análise de dados da CONTRATADA, conforme leiaute homologado pela CAIXA;

r) Disponibilização à CAIXA de relatórios e painéis (*dashboards*) *online* em sítio na internet que contemplem o volume e controle dos prazos de cada uma das etapas dos processos de Contra Auditoria efetuados pela CONTRATADA e respostas aos apontamentos de inconsistências e reanálise das reapresentações pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas, por meio de importação em ferramenta de análise de dados de informações das reapresentações tratadas nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde e de relatórios com pareceres que indiquem a concordância ou não aos apontamentos da Contra Auditoria pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas, em formato estabelecido pela CAIXA, conforme leiaute acordado e homologado pela CAIXA;

s) Realização de consultas, digitações, atualizações, inclusões, *downloads* e *uploads* de informações, dados e documentos nos Sistemas de Gestão e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde, pertinentes a prestação de serviços prevista neste Termo de Referência;

t) Consultas e respostas as demandas direcionadas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas, por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, pertinentes a operacionalização dos processos previstos neste Termo de Referência;

u) Lançamento, transcrição e/ou *upload* dos pareceres gerados pela CONTRATADA nos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde, conforme orientações da CAIXA;

- v) Participação em reuniões presenciais e/ou por vídeo conferência periódicas, por meio de prepostos e profissionais médicos e em enfermagem, conforme orientações e convocadas pela CAIXA, para apresentação às empresas contratadas pela CAIXA responsáveis pela Regulação, Processamento de Contas e/ou Auditoria Externa, dos achados quanto as inconsistências e inconformidades apurados nas Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorizações prévias liberadas e reembolsos de assistências realizadas aos beneficiários, assim como discutir entendimentos e consenso técnicos, de forma a obter a melhoria nos processos e correção das ações;
- w) Participação em reuniões por vídeo conferência, por meio de prepostos e profissionais médicos e em enfermagem, conforme orientações e convocadas pela CAIXA, para apresentação aos prestadores credenciados, de inconsistências, inconformidades, ou oportunidade de melhorias no consumo de recursos ou assistência prestadas, apurados nas Guias TISS de Atendimento faturadas e solicitações de autorizações prévias liberadas, assim como discutir entendimentos e consenso técnicos, de forma a obter a melhoria nos processos, correção das ações e controle do custo assistencial;
- x) Participação em reuniões presenciais e/ou por vídeo conferência periódicas, por meio de seus prepostos, com representantes da CAIXA, conforme diretriz da CAIXA, para fins de alinhamento técnico, tratativas e acompanhamento da prestação de serviços e apresentação de resultados e indicadores, conforme previsto neste Termo de Referência;
- y) Realização de reuniões periódicas, por meio de seus prepostos, com representantes da CAIXA, presencialmente e/ou por meio de vídeo conferência, conforme diretriz da CAIXA, para fins de alinhamento técnico e apresentação de resultados e indicadores, conforme previsto neste Termo de Referência;
- z) Análise e resposta, por meio de pareceres técnicos, às dúvidas, justificativas e/ou contra argumentações das empresas contratadas pela CAIXA de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas referentes aos apontamentos de inconsistências e inconformidades apurados na contra auditoria;
- aa) Assessoria e resposta à CAIXA para entendimento e ou dúvidas referentes aos apontamentos de inconsistências e inconformidades apurados na Contra Auditoria;
- bb) Análise de relatórios e indicadores gerados pela própria contratada durante execução da Contra Auditoria, por profissionais médicos e/ou enfermeiros, com expertise e experiência no mercado de saúde suplementar, de forma a avaliar padrões e práticas no custeio de assistência pelos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, e indicar, por meio de pareceres, sugestões de ações a CAIXA para fins de controle do custo assistencial, mitigação de riscos, qualidade na assistência prestada aos beneficiários, oportunidade de negociação com a rede credenciada

e/ou de melhorias na gestão e operacionalização dos processos dos benefícios de assistência à saúde;

cc) Análise e revisão periódica da Tabela Geral de Eventos em saúde praticada pelos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, de forma a avaliar se as regras, parâmetros e diretrizes de custeio e regulação parametrizados nos Sistemas de Gestão, estão compatíveis com a prática de mercado e preceitos da clínica médica e em saúde, e são efetivos no controle e regulação das assistências solicitadas e prestadas aos beneficiários, por meio da geração de alertas, críticas, glosas, negações e incompatibilidades no Sistemas de Gestão para os processos de processamento de contas, reembolso e autorização prévia;

dd) Elaboração de parecer e relatório periódico, conforme padrão e diretriz da CAIXA, quanto a inexistência, inconformidade e/ou deficiência nas regras, parâmetros e diretrizes de custeio e regulação para cada evento da Tabela Geral de Eventos em saúde dos benefícios de assistência à saúde, presente nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, disponibilizando script para possibilitar à CAIXA a inclusão/implementação da parametrização em sistema;

ee) Elaboração de parecer e relatório periódico, conforme padrão e diretriz da CAIXA, quanto a necessidade de inclusão de regras, parâmetros e diretrizes de custeio e regulação no Sistema de Gestão para novos eventos incorporados ao Rol de Eventos em Saúde custeados pelos benefícios de assistência à saúde, disponibilizando script para possibilitar à CAIXA a inclusão/implementação da parametrização em sistema;

ff) Participação em reuniões por vídeo conferência, por meio de prepostos e profissionais auditores médicos e em enfermagem, conforme orientações e convocadas pela CAIXA, para treinamento e/ou entendimento dos parâmetros e regras previstas nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, de forma a viabilizar a revisão dos parâmetros da Tabela Geral de Eventos e indicação das regras a serem parametrizadas;

gg) Disponibilização à CAIXA de solução tecnológica de armazenamento de dados, para disponibilização e troca de arquivos pertinentes a prestação de serviços previstos neste Termo de Referência, tais como base de dados, leiautes e normas dos benefícios de assistência à saúde etc., conforme regras estabelecidas e homologação da CAIXA;

hh) Consultas e respostas a demandas direcionadas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA.

## **2. DAS DEFINIÇÕES**

*2.1. Para fins desta licitação, devem ser consideradas as definições a seguir:*

- AMB - Associação Médica Brasileira;
- ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Auditoria externa: empresas contratadas pela CAIXA que executam auditoria retrospectiva e de fechamento de contas na sede de prestadores credenciados, assim como realizam auditoria concorrente/beira leito presencialmente em ambiente hospitalar ou domiciliar, por meio de visitas aos pacientes durante o período de internação, procedimento cirúrgico e ou em utilização de assistências domiciliares;
- Beneficiários – Empregados CAIXA ativos, cedidos e aposentados titulares dos Benefícios de Assistência à Saúde, bem como seus dependentes e pensionistas, além de empregados e respectivos dependentes dos convênios de reciprocidade;
- Benefícios de assistência à saúde – Planos de saúde instituídos pela CAIXA, por ela administrados ou contratados, além de outros benefícios disponibilizados para fins de proporcionar assistência à saúde aos empregados da CAIXA, aposentados, pensionistas e seus dependentes;
- CBHPM - Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos;
- CFM - Conselho Federal de Medicina;
- Convênio de Reciprocidade – Contratos de compartilhamento de rede de credenciados firmado pela CAIXA para atendimento a beneficiários de outros planos de saúde;
- *Data Analytics* – Processo/Técnica de modelagem, estruturação e análise de dados e informações, por meio de ferramentas tecnológicas e sistemas de informação, com objetivo de descobrir informações úteis, obter conclusões e apoiar a gestão na tomada de decisões;
- *Data Science* – Ciência de estudo disciplinado dos dados e informações inerentes ao negócio que incorpora elementos da ciência da computação, matemática e estatística para extrair insights de dados qualitativos e quantitativos;
- Documentos Fiscais – Documentos hábeis à comprovação dos pagamentos efetuados pela CAIXA: Notas Fiscais, Faturas, Duplicatas, Recibos e Cupons fiscais;
- DUT – Diretriz de utilização da ANS que estabelece regras para enquadramento da assistência na obrigatoriedade de custeio pelos planos de saúde;
- Faturamento dos prestadores credenciados – Guias TISS de Atendimento referentes a atendimentos em saúde prestados pelo credenciado aos beneficiários do Saúde CAIXA encaminhados a CAIXA, por meio de transmissão de arquivo em formato XML e/ou físico para

digitação pela CAIXA, para fins de análise e pagamento dos serviços prestados;

- Guias TISS de Atendimento – formulários do padrão TISS da ANS utilizados para troca de informações entre prestadores da rede credenciada e CAIXA referente aos atendimentos realizados pelos beneficiários para fins de faturamento destes;
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709/2018;
- Livre Escolha – Modalidade de atendimento em que o beneficiário escolhe um profissional/entidade não credenciado ao plano de assistência à saúde da CAIXA sendo devido o posterior reembolso pela CAIXA após realização do pedido pelo beneficiário, conforme regras dos benefícios de assistência à saúde;
- *Machine learning* – técnica de inteligência artificial que se utiliza de aprendizagem automática de máquina, por meio de identificação de padrões nos dados e informações, possibilitando aos computadores a habilidade de aprender sem serem explicitamente programados;
- PEG – Protocolo de Entrega de Guias de Atendimento;
- Prestadores da Rede Credenciada – Pessoas físicas ou jurídicas contratadas pela CAIXA para prestação de serviços em saúde;
- OPME – órteses, próteses e materiais especiais;
- Preposto – Empregado da CONTRATADA com nomeação, delegação ou incumbência para representá-la perante a CAIXA;
- Processamento de Contas – rotinas que envolvem a recepção, conferência, análise, auditoria técnica e administrativa, operacionalização de rotinas em Sistemas de Gestão, análise fiscal, conciliação de documentos fiscais e efetivo pagamento ao prestador credenciado das Guias TISS de Atendimento referente as assistências realizadas aos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde;
- Reembolso aos beneficiários (PRDP) – Pedido de Reembolso de Despesas Médicas e em demais especialidades em saúde efetuados pelos beneficiários à CAIXA para ressarcimento de despesas em saúde de atendimentos/tratamentos pela modalidade livre escolha realizados em prestadores não credenciados;
- Prestadores da Rede Credenciada – Pessoas físicas ou jurídicas contratadas pela CAIXA para prestação de serviços em saúde;
- Saúde CAIXA – Plano de Assistência à Saúde, instituído e administrado pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão, com abrangência nacional;
- SLA – Acordo de Nível de Serviço firmado previamente com CONTRATADA que



estabelece os prazos e níveis de qualidade que devem ser garantidos referente a determinada atividade/prestação de serviços,

- Sistemas de Gestão – quaisquer sistemas utilizados ou indicados pela CAIXA para operacionalização dos processos benefícios de assistência à saúde, tais como regulação, autorização, credenciamento, cadastro de beneficiários, cobrança de mensalidade e coparticipação, auditoria, processamento de contas, reembolso etc.;
- Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento – É o sistema da Central de Atendimentos dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA para recepção, designação e geração de demandas entre a CAIXA, beneficiários, credenciados e empresas contratadas, controle de ocorrências, prazos e CRM;
- TGE – Tabela Geral de Eventos custeados pelos benefícios de assistência à saúde, abrangendo honorários médicos, serviços de diagnose e terapia, eventos cirurgicos, eventos em saúde (fisioterapia, nutrição, terapia ocupacional, fonoaudiologia, assistencia social, psicologia), materiais, medicamentos, OPME, dietas, diárias/gasoterapia/taxas de sala/taxas de serviços/taxas de equipamentos hospitalares, pacotes, eventos próprios praticados pelos benefícios de assistencia à saúde da CAIXA e etc;
- TISS – Troca de Informações em Saúde Suplementar;
- XML - eXtensible Markup Language.

### **3. DAS ROTINAS E ESPECIFICAÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **3.1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1.1 A CONTRATADA deverá manter estrutura de equipe técnica especializada, administrativa e de profissionais dimensionada, compatível com demanda, de forma a atender as metas e indicadores de desempenhos estabelecidos, e cumprir a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência.

3.1.2 A CONTRATADA deverá garantir a execução dos serviços previstos neste Termo de Referência nos prazos estabelecidos no **3.6 deste Termo de Referência**.

3.1.3 A CONTRATADA deverá realizar a prestação de serviços prevista neste Termo de Referência em horário comercial, disponibilizando preposto para contato da CAIXA, para cumprimento do objeto desse contrato.

3.1.3.1 A prestação dos serviços deve ser realizada pela CONTRATADA de acordo com as orientações a seguir relacionadas.

**3.2 CONTRA AUDITORIA**

3.2.1 A CONTRATADA será responsável pela execução de Contra Auditoria (revisão) das Guias TISS de Atendimento faturadas aos prestadores credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolso de despesas efetuado aos beneficiários, previamente auditadas e liberadas pelas empresas contratadas pela CAIXA responsáveis pela Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas referentes a atendimentos realizados pelos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA.

3.2.2 A Contra Auditoria deverá ser realizada pela CONTRATADA, a partir de demanda da CAIXA, conforme sua necessidade, atendendo aos quantitativos previstos neste Termo de Referência, nas Guias TISS de Atendimentos faturadas aos prestadores credenciados, autorizações prévias liberadas, e reembolsos de despesas aos beneficiários, a partir dos dados disponibilizados pela CAIXA periodicamente, conforme leiaute acordado entre as partes, seguindo os preceitos da técnica médica, regulamento e normas dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, legislação e às orientações e diretrizes da ANS, ANVISA, AMB, CBHPM, CFM e demais Conselhos de Classe dos profissionais de saúde.

3.2.3 Caberá a CONTRATADA realizar a Contra Auditoria a partir de ferramenta sistêmica própria, que mediante a importação, classificação, agrupamento e qualificação de dados disponibilizados pela CAIXA, que contemplam as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários, deve ser capaz de apurar, por meio regras parametrizáveis, utilização de técnicas de *Data Science*, *Data Analytics*, inteligência artificial e *machine learning*, o pagamento/liberação pelas empresas contratadas da CAIXA de Auditoria Externa, Regulação e/ou Processamento de contas, de assistências em saúde/taxas/insumos em desconformidade com a conduta da clínica médica esperada; com inconsistências, erros, inconformidades em relação aos regramentos dos benefícios de assistência à saúde e normativas da ANS; com valores e ou quantidades acima da prática de mercado; com consumo excessivo de recursos e insumos; com indícios de fraudes e/ou com negociações com a rede credenciada desvantajosas à CAIXA, além de práticas de credenciados e/ou das empresas contratadas pela CAIXA de Regulação, Processamento de Contas e Auditoria Externa que onerem à CAIXA e/ou acarretem no aumento do custo assistencial dos benefícios de assistência à saúde.

3.2.3.1 A CAIXA disponibilizará à CONTRATADA os manuais normativos e regramentos dos benefícios de assistência à saúde para prévia análise, de forma que os apontamentos da Contra Auditoria estejam em conformidade com as normas dos benefícios de assistência à saúde.

3.2.3.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar a CAIXA, em até 10 (dias) após assinatura do contrato, o leiaute de dados praticado para importação das Guias TISS de Atendimento

faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários, para fins de análise e homologação da CAIXA, que poderá requerer ajustes que deverão ser atendidos pela CONTRATADA.

3.2.3.3 A CAIXA será responsável pela extração dos dados nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, em conformidade com leiaute homologado, e disponibilização à CONTRATADA, por meio de ferramenta de compartilhamento de arquivos da própria CONTRATADA.

3.2.3.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar a CAIXA, acesso à solução tecnológica de armazenamento e compartilhamento de dados, acessível na internet, para compartilhamento e troca de arquivos pertinentes a prestação de serviços previstos neste Termo de Referência, conforme regras estabelecidas e homologação da CAIXA.

3.2.3.3.2 A solução tecnológica de armazenamento e compartilhamento de dados disponibilizada pela CONTRATADA deverá ser privada, portanto, não caracterizada como nuvem pública, ou seja, a ferramenta não poderá ser gerenciada por um provedor terceirizado e compartilhados entre várias organizações usando a internet pública.

3.2.3.3.2.1 A CAIXA poderá optar pela disponibilização à CONTRATADA de arquivos e base de dados, por meio de sua solução de armazenamento e compartilhamento de arquivos, cabendo a CONTRATADA o acesso para consulta e extração das informações, conforme diretrizes da CAIXA.

3.2.3.4 A ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados da CONTRATADA deverá realizar a apuração da composição das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolso de despesas aos beneficiários, para fins de comparação a conduta clínica técnica em saúde esperada, conforme preceitos médicos e das demais especialidades em saúde, assim como resoluções dos Conselhos de classe profissional em saúde, diretrizes e resoluções da AMB, CBHPM e ANS, normativos e regras dos benefícios de assistência à saúde, indicando os eventos/insumos com possíveis inconsistências e seus motivos, assim como avaliar se cada evento/insumo atende aos requisitos de incidências máximas esperadas para o tratamento, prazos intervalares entre eventos, relação entre sexo/idade e procedimentos, eventos complementares, eventos predecessores, eventos equivalentes, eventos dependentes e incompatibilidades entre eventos, entre outras correlações.

3.2.3.4.1 A ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados da CONTRATADA deverá ser acessível à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas *online*, em sítio na internet, para consulta aos apontamos de possíveis inconsistências, em cada um dos registros de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolso aos beneficiários, sendo possível a consulta a partir de filtros por tipo de processo, prestador, tipo de guia/autorização, cartão do beneficiário, competência do

pagamento, PEG, número de guia, número da ordem do evento e motivo do apontamento/inconsistência.

3.2.3.4.2 A CONTRATADA será responsável por disponibilizar acesso à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas, à ferramenta acessível na internet, que apresente por meio de relatórios em painéis (*dashboards*), indicadores e relação das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações e reembolsos aos beneficiários, com possíveis erros/inconsistências, de forma a possibilitar a identificação e exportação das informações em relatório em formato \*.xlsx para tratamento nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, conforme diretrizes e necessidades da CAIXA.

3.2.3.4.2.1 Os indicadores apresentados nos painéis (*dashboards*) deverão indicar os apontamentos de erros/inconsistências históricos, desde o início da análise e apuração pela CONTRATADA, de forma a possibilitar comparativos e evolução de cada processo entre prestadores, estados, maiores incidências de erros/inconsistências, com respectivas quantidades e valores, por período e prestador, quantidade/valores unitários e totais despendidos com indícios de erros, quantidade/valores unitários e totais revertidos/estornados/corrigidos dos prestadores/beneficiários, índices de efetividade por prestador e motivos de erros/inconsistências.

3.2.3.4.2.2 A CONTRATADA, deverá, por meio da ferramenta de relatórios e painéis (*dashboards*), apurar os registros de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolsos a beneficiários, dentre aqueles apontados com inconsistências/erros pela própria CONTRATADA, que efetivamente foram revertidos/estornados/corrigidos pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas.

3.2.3.4.2.3 A apuração de registros revertidos/estornados/corrigidos deverá ser realizada por meio de importação pela CONTRATADA em sua ferramenta de relatórios e painéis (*dashboards*), de dados extraídos pela CAIXA nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde e disponibilizados à CONTRATADA, que contemplam as Guias TISS de Atendimento, autorizações prévias e reembolsos a beneficiários corrigidos/revertidos/estornados pelas empresas de Regulação e Processamento de Contas, a partir de leiaute homologado pela CAIXA.

3.2.3.4.2.4 Caberá a CONTRATADA a importação em sua ferramenta de relatórios e painéis (*dashboards*), de relatórios de controle das revisões em formato \*.xlsx, ou outro indicado pela CAIXA, pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas, conforme leiaute e formato de dados estabelecido pela CAIXA, referentes aos registros de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações e reembolsos aos beneficiários, que foram indicados pela Contra Auditoria com indícios de erros/inconsistências, de forma que seja

possível o acompanhamento pela CAIXA da análise e justificativas das empresas de Regulação e Processamento de contas para cada um dos registros com apontamentos, assim como da efetividade da Contra Auditoria e evolução da execução das rotinas de análise dos apontamentos de erros/inconsistências pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas e cumprimento dos prazos das etapas do fluxo processual de Contra Auditoria.

3.2.3.4.2.4.1 Os relatórios de controle das revisões dos apontamentos da Contra Auditoria pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas será disponibilizado a CONTRATADA pela CAIXA ou diretamente pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas, por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento, e-mail, e/ou solução tecnológica de armazenamento e compartilhamento de dados da CONTRATADA e/ou disponibilizada pela CAIXA, conforme diretrizes estabelecidas pela CAIXA.

3.2.3.5 As inconsistências apresentadas pelo sistema de Contra Auditoria e análise de dados da CONTRATADA deverão ser analisadas por profissional médico e de enfermagem, conforme pertinência da atuação, sendo estas ratificadas ou não, de forma a possibilitar a CAIXA tratativas junto as empresas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de contas contratadas para revisão e correção.

3.2.3.6 Caberá a CONTRATADA a análise e respostas às justificativas/dúvidas/contra argumentações das empresas contratadas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas a cada um dos apontamentos de inconsistências/ inconformidades apuradas na Contra Auditoria realizada, por meio dos relatórios de controle das revisões, Sistemas de Gestão e/ou Sistemas de Relacionamento da Central de Atendimento, de forma a obter consenso técnico junto as citadas empresas quanto ao apontamento, viabilizando a reversão/estorno dos dispêndios indevidos.

3.2.3.6.1 A CONTRATADA será responsável por esclarecer à CAIXA quanto a quaisquer questionamentos que surgirem durante a execução da prestação de serviços, técnicos ou administrativos, sendo estes demandados por e-mail e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento.

3.2.3.7 A CONTRATADA deverá participar em reuniões presenciais e/ou por vídeo conferência periódicas, por meio de prepostos e profissionais médicos e em enfermagem, conforme orientações e convocadas pela CAIXA, para apresentação às empresas contratadas pela CAIXA responsáveis pela Regulação, Processamento de Contas e/ou Auditoria Externa, dos achados quanto as inconsistências e inconformidades apurados nas Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorizações prévias liberadas e reembolsos de assistências realizadas aos beneficiários, de forma a sustentar a pertinência

técnica dos apontamentos, assim como discutir entendimentos e consenso técnicos, de forma a obter a melhoria nos processos, correção das ações e estorno de dispêndios indevidos.

3.2.3.7.1 As reuniões para discutir entendimentos e consensos técnicos entre equipe de profissionais da CONTRATADA, CAIXA e empresas de Regulação, Processamento de Contas e Auditoria Externa deverão ser realizadas periodicamente, quando das disponibilização dos apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria, preferencialmente por vídeo conferência, em aplicação indicada pela CAIXA, convocadas pela CAIXA com antecedência de 2 (dois) dias úteis.

3.2.3.7.2 A CONTRATADA deverá participar de reuniões presenciais pontualmente, quando necessário, em local indicado pela CAIXA, sendo estas convocadas com antecedência de 7 (sete) dias úteis em periodicidade mínima trimestral.

3.2.3.7.3 A CONTRATADA deverá participar de reuniões por vídeo conferência com representantes da CAIXA, a qualquer tempo, quando convocadas com antecedência de 2 (dois) dias úteis.

3.2.3.7.4 A cada entrega de lote de Contra Auditoria e a partir de convocação realizada pela CAIXA, a CONTRATADA deverá participar de reunião por vídeo conferência periódicas, por meio de seus prepostos, com representantes da CAIXA, conforme diretriz da CAIXA, para apresentação dos apontamentos mais relevantes da Contra Auditoria, sugestões e oportunidades de negociação com a rede credenciada, resultados/efetividade da Contra Auditoria e cumprimento dos indicadores, conforme previsto neste Termo de Referência.

3.2.3.8 A CONTRATADA será responsável por realizar Contra Auditoria, em registros de Guias TISS de Atendimento faturadas ao credenciado, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários, selecionados pela CAIXA, que serão demandados pela CAIXA em lotes, periodicamente, conforme sua necessidade e atendente aos volumes previstos neste Termo de Referência, para análise pela CONTRATADA, em formato \*.xlsx, \*.txt, \*.csv, conforme diretriz da CAIXA, sendo cada lote composto pelas quantidades abaixo descritas:

- Lote de Autorizações Prévias: Composto por 5.800 autorizações prévias liberadas incluídos todos os eventos em saúde, taxas hospitalares, materiais, medicamentos, OPME e insumos que compõe a autorização;
- Lote de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados: Composto por 36.000 Guias TISS de Atendimento faturadas incluídos todos os eventos em saúde, taxas hospitalares, materiais, medicamentos, OPME, insumos e etc que compõe a Guia TISS de Atendimento;
- Lote de reembolsos de despesas efetuados aos beneficiários: Composto por 1.250 reembolsos liberados incluídos todos os eventos em saúde, taxas hospitalares, materiais,



medicamentos, OPME, insumos e etc que compõe o reembolso ao beneficiário.

3.2.3.8.1 A CONTRATADA deverá realizar à Contra Auditoria em cada um dos registros das Guias TISS de Atendimento, Autorizações prévias e Reembolsos aos beneficiários que compõe cada lote, por meio do tratamento dos dados disponibilizados pela CAIXA, importação no sistema de Contra Auditoria e Análise de dados da CONTRATADA, análise e auditoria técnica por profissionais médicos e de enfermagem, e eventuais consultas aos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde e/ou documentos digitalizados disponibilizados que compõe cada um dos processos, se necessário, para fins de sustentação e ratificação dos apontamentos e achados do sistema de Contra Auditoria.

3.2.3.8.2 A CONTRATADA deverá executar a Contra Auditoria utilizando-se as informações e dados disponibilizados pela CAIXA, conforme lei autêntica homologada previamente, mesmo que não seja possível a consulta a documentos digitalizados que compõe as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolsos aos beneficiários.

3.2.3.9 Caberá a CONTRATADA executar as rotinas de reapresentação de eventos, diretamente no Sistema de gestão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, conforme orientações e diretrizes da CAIXA, dos PEG e Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados e PEG de reembolsos aos beneficiários, onde foram apuradas inconsistências e/ou inconformidades, procedendo a inclusão das descrições das inconsistências, dos motivos que justificam a necessidade de reanálise, considerando os erros/inconsistências apurados pela CONTRATADA, de forma a possibilitar a reanálise, adequações, acertos e os devidos estornos dos dispêndios pelas empresas de Regulação e Processamento de contas contratadas pela CAIXA.

3.2.3.9.1 A descrição das inconsistências e os motivos que justificam a necessidade de reanálise, para cada um dos registros de Guias TISS de Atendimento, autorizações prévias e reembolsos aos beneficiários deverão possuir embasamento técnico e ser apresentados em linguagem clara, possibilitando a identificação e análise do apontamento pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas.

3.2.3.10 Quando demandado pela CAIXA, a CONTRATADA será responsável por elaboração e disponibilização à CAIXA de parecer técnico formal, conforme modelo definido previamente pela CAIXA, com justificativas que embasem e sustentem os erros/inconsistências encontrados em determinada Guia TISS de Atendimento faturada ao credenciado, autorização prévia liberada e/ou reembolso ao beneficiário, de forma a possibilitar a CAIXA meios administrativos e/ou jurídicos a reversão/estorno dos valores indevidos despendidos.

3.2.3.10.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CAIXA a cada Contra Auditoria de lotes de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolsos

aos beneficiários, a partir das análise dos dados disponibilizados pela CAIXA, parecer que contemple oportunidades de negociação com a rede credenciada, de forma a possibilitar a contenção dos custos assistenciais, além de achados quanto a indícios de fraudes a serem apuradas pela CAIXA.

3.2.3.10.2 Os pareceres técnicos gerados pela CONTRATADA deverão ser disponibilizados à CAIXA por meio de e-mail, Sistemas de Gestão ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de Assistência à saúde, conforme diretriz da CAIXA.

3.2.3.11 Conforme deliberação da CAIXA, objetivando a realização de aprendizagem pelo algoritmo matemático utilizado pela inteligência artificial, a presente contratação prevê a disponibilização pela CAIXA à CONTRATADA de base de dados dos benefícios de assistência à saúde, referente as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, Autorizações prévias tratadas e Reembolsos aos beneficiários dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, possibilitando a análise dos tratamentos, liberações e glosas históricos realizados.

3.2.3.11.1 A CONTRATADA deverá revisar e atualizar o algoritmo matemático rotineiramente, de forma a possibilitar melhor aprendizagem do perfil de utilização e base de dados da CAIXA.

3.2.3.11.2 Os dados com tratamentos dos últimos 24 meses, ou períodos inferiores, conforme diretriz da CAIXA, das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, Autorizações prévias tratadas e Reembolsos aos beneficiários, serão fornecidos a partir de leiaute acordado e homologado pela CAIXA, sendo os dados dos beneficiários anonimados.

3.2.3.12 Não haverá previsão de disponibilização pela CAIXA de dados referente ao cadastro de beneficiários dos benefícios de assistência à saúde, assim como de valores de eventos em saúde acordados com a rede credenciados, visto que a Contra Auditoria realizada pela CONTRATADA não contemplará análises administrativas quanto a validade de cartões dos beneficiários e compatibilidades dos valores dos eventos cobrados com valores acordados com prestadores credenciados, visto que estas são realizadas pelos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde.

3.2.3.13 A CONTRATADA será responsável por consultar e responder a demandas direcionadas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas, por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, pertinentes a operacionalização dos processos previstos neste Termo de Referência, conforme SLA estabelecidos pela CAIXA.

3.2.3.14 A execução dos serviços de Contra Auditoria pela CONTRATADA preveem a realização de rotinas acessórias nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, conforme orientações e diretrizes da CAIXA.

3.2.3.15 A CONTRATADA deverá realizar a Contra Auditoria das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos aos beneficiários, conforme prazos estabelecidos no item **3.6 deste Termo de Referência**, contados a partir da demanda da CAIXA, que compreendem a execução de todas as rotinas necessárias do processo de Contra Auditoria, deste a importação dos dados, processamento, análise, avaliação por profissionais em saúde e emissão de pareceres, execução de rotinas nos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento, realização de consensos, e disponibilização dos relatórios e indicadores em seu sistema de Contra Auditoria e ferramenta própria de relatórios e painéis (*dashboards*).

### **3.3 ASSESSORIA EM PARÂMETROS REGULATÓRIOS**

3.3.1 Caberá a CONTRATADA analisar e revisar periodicamente a Tabela Geral de Eventos em saúde praticada pelos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, de forma a avaliar se as regras, parâmetros e diretrizes de custeio e regulação parametrizados nos Sistemas de Gestão estão compatíveis com a prática de mercado e preceitos da clínica médica e em saúde, e se estes são efetivos no controle e regulação das assistências solicitadas e prestadas aos beneficiários, por meio da geração de alertas, críticas, glosas, negações e incompatibilidades no Sistemas de Gestão para os processos de processamento de contas, reembolso e autorização prévia.

3.3.1.1 A CONTRATADA será responsável pela elaboração de parecer e relatório, conforme leiaute de dados homologados e diretriz da CAIXA, quanto a inexistência, inconformidade e/ou deficiência nas regras, parâmetros e diretrizes de custeio e regulação para cada evento da Tabela Geral de Eventos em saúde do Sistema de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, assim como quanto a necessidade de inclusão de regras, parâmetros e diretrizes de custeio e regulação no Sistema de Gestão para novos eventos incorporados ao Rol de Eventos em Saúde custeados pelos benefícios de assistência à saúde, disponibilizando script com passo a passo para possibilitar à CAIXA a inclusão/implementação da parametrização nos Sistemas de Gestão.

3.3.1.2 As parametrizações de eventos da TGE indicadas pela CONTRATADA subsidiarão a CAIXA na inclusão de regras nos Sistema de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, possibilitando que este apresente alertas, críticas, glosas, negações e incompatibilidades automáticas quando do processamento das Guias TISS de Atendimento faturadas pelos credenciados, solicitações de autorização prévias e pedidos de reembolso pelos beneficiário, auxiliando os profissionais auditores e faturistas das empresas contratadas pela CAIXA de Regulação e Processamento de Contas, na regulação e auditoria assertivas e

indicação de pontos focais que requerem análise e deliberação quanto ao aceite ou reversão do apontamento.

3.3.2 A CONTRATADA deverá realizar análise da tabela TGE dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, a partir de arquivo com dados disponibilizados pela CAIXA, de forma a avaliar as parametrizações de cada um dos eventos custeados dentre àquelas já lançadas e as possíveis de serem aplicadas, propondo melhorias e adequações aos padrões realizados pelo mercado de saúde, pautado nas melhores práticas da saúde suplementar.

3.3.2.1 A CONTRATADA será responsável por disponibilizar à CAIXA leiaute dos dados da TGE para fins de análise, em até 10 (dias) após assinatura do contrato, cabendo a CAIXA a homologação e/ou indicação da necessidade de ajustes, conforme suas necessidades, que deverá ser atendido pela CONTRATADA.

3.3.2 O estudo técnico da TGE dos benefícios de assistência à saúde pela CONTRATADA deverá objetivar a regulação eficiente dos eventos quando das solicitações de autorização prévia, assim como durante o processamento das contas dos prestadores credenciados e análise aos pedidos de reembolsos pelos beneficiários, informando todos os parâmetros necessários (diretrizes de utilização, quantitativo a ser liberado, carência, prazos intervalares, limites máximos de eventos por beneficiário por período e vida, classificações e características, parâmetros de idade e sexo, vinculação de especialidades, eventos predecessores, eventos complementares, eventos equivalentes, eventos dependentes, incompatibilidades, níveis de autorização, necessidade de autorização prévia, quantidades permitidas por período, quantidades permitidas por guias, quantidades permitidas por atendimento, codificação, dentre outros) para adequação do Sistema de Gestão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, para melhor regulação das autorizações e auditoria das contas em saúde dos prestadores credenciados e reembolsos aos beneficiários.

3.3.3 Caberá a CONTRATADA a prévia análise das normativas e regras dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, de forma que as sugestões de parametrizações propostas pela CONTRATADA contemplem a indicação se estas atendem as regras e aos manuais normativos dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, além das diretrizes e resoluções normativas da ANS, mitigando riscos assistenciais e sanções à CAIXA, e possibilitem a inibição de utilizações indevidas e/ou utilização excessiva de recursos, além de fraudes e/ou inconsistências, auxiliando no controle do custo assistencial e/ou na melhoria da eficiência operacional.

3.3.4 A avaliação inicial pela CONTRATADA quanto a TGE completa dos benefícios de assistência à saúde a partir dos dados disponibilizados pela CAIXA em leiaute homologado, e devolução quanto aos parâmetros sugeridos a serem ajustados e/ou implementados nos

Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde pela CAIXA, deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias após demanda da CAIXA.

3.3.5.1 Após avaliação inicial da TGE completa, a CONTRATADA será responsável pela manutenção, a partir da indicação dos parâmetros a serem implementados nos Sistemas de Gestão para os novos eventos inclusos ao rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde e/ou pacote, novas tecnologias, novos procedimentos, novos medicamentos, novos materiais, incorporados a TGE, conforme necessidades e demanda da CAIXA, e/ou para adequação as melhores práticas das operadoras de saúde, atendendo-se aos volumes previstos neste Termo de Referência.

3.3.5.2 A manutenção da TGE pela CONTRATADA deverá ser realizada em até 20 (vinte) dias após demandado pela CAIXA, a partir dos dados disponibilizados pela CAIXA em leiaute homologado, abrangendo cada um dos eventos elencados, e devolução quanto aos parâmetros sugeridos a serem ajustados e/ou implementados nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde pela CAIXA.

3.3.5.3 A avaliação completa da TGE e manutenção pela CONTRATADA, será considerada concluída a partir da disponibilização pela CONTRATADA de arquivo da TGE, conforme leiaute previamente homologado, contemplando os parâmetros a serem ajustados, implantados pela CAIXA nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à Saúde.

3.3.5.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar a CAIXA, juntamente com arquivo em leiaute homologado com dados da TGE analisada com parâmetros propostos, documento descritivo em formato \*pdf, que justifique, a partir de embasamento técnico em saúde, cada um dos parâmetros sugeridos a serem implantados, sendo este assinado por profissional médico, assim como script quanto aos campos a serem preenchidos e forma de inclusão dos parâmetros nos Sistemas de Gestão.

3.3.5.3.2 O arquivo em leiaute homologado com dados da TGE analisada e documento descritivo com justificativas técnicas em saúde quanto aos parâmetros sugeridos deverão ser disponibilizados pela CONTRATADA a CAIXA, em solução tecnológica própria da CONTRATADA de armazenamento e compartilhamento de dados, acessível na internet, para compartilhamento e troca de arquivos pertinentes a prestação de serviços previstos neste Termo de Referência, e/ou solução de armazenamento e compartilhamento de arquivos da CAIXA e/ou Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde, conforme diretrizes da CAIXA.

3.3.5.3.2.1 A solução tecnológica de armazenamento e compartilhamento de dados disponibilizada pela CONTRATADA deverá ser privada, portanto, não caracterizada como

nuvem pública, ou seja, a ferramenta não poderá ser gerenciada por um provedor terceirizado e compartilhados entre várias organizações usando a internet pública.

3.3.5.3.3 Quando da conclusão pela CONTRATADA da avaliação total da TGE e/ou manutenção, caberá a mesma a apresentação a CAIXA por meio de vídeo conferência, dos trabalhos e análises realizadas e sugestões de parametrizações indicadas, informando os objetivos e resultados esperados com cada parametrização.

3.3.6 Quando demandado pela CAIXA, caberá a CONTRATADA a participação em reuniões, por meio de vídeo conferência, com representantes da CAIXA e/ou com colaboradores das empresas contratadas pela CAIXA para suporte técnico aos Sistemas Gestão dos benefícios de assistência à saúde, de forma a haver melhor entendimento quanto aos parâmetros previstos nos Sistemas de Gestão, possibilitando a CONTRATADA a disponibilização à CAIXA de script com passo a passo para implantação nos Sistemas de Gestão das sugestões de parametrizações da TGE, viabilizando, dessa forma, a efetiva e correta implantação dos parâmetros sugeridos em cada evento da TGE.

3.3.7 A CONTRATADA deverá participar de reuniões por vídeo conferência com representantes da CAIXA, a qualquer tempo, quando convocadas com antecedência de 2 (dois) dias úteis para fins de demandas e acompanhamento da prestação de serviços.

3.3.8 As análises e resultados obtidos a partir da prestação de serviços de Contratação Auditoria pela CONTRATADA e as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolsos aos beneficiário, assim como o processamento do histórico de 24 (meses) dos citados processos que abrangem o custeio de assistências aos beneficiário para fins de aprendizagem de máquina, conforme previsto neste Termo de Referência, deverão subsidiar a CONTRATADA na identificação dos parâmetros necessários a serem aplicados pela CAIXA nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde, de forma a sanar os vícios, inconformidades e/ou distorções com os padrões de mercado, e mitigar os riscos de dispêndios indevidos pela CAIXA.

3.3.9 Caberá a CONTRATADA a avaliação se as sugestões de parâmetros nos eventos da TGE a serem implantados nos Sistemas de Gestão estão adequados as regras e normas dos benefícios de assistência à saúde, indicando à CAIXA a necessidade de adequações às normas, por meio de pareceres formais com embasamento técnico, de forma que não haja divergências entre as regras dos benefícios a assistência à saúde e parâmetros propostos.

3.3.10 A decisão quanto a implantação dos parâmetros e regras na TGE sugeridos pela CONTRATADA caberá exclusivamente à CAIXA.

3.3.11 A CONTRATADA será responsável por consultar e responder a demandas direcionadas pela CAIXA por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento

dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, pertinentes a operacionalização dos processos previstos neste Termo de Referência, conforme SLA estabelecidos pela CAIXA.

3.3.12 A CONTRATADA deverá realizar a prestação de serviços de revisão/indicação dos parâmetros da TGE conforme prazos estabelecidos no item **3.6 deste Termo de Referência**.

### **3.4 REALIZAÇÃO DE REUNIÕES**

3.4.1 Os prepostos, profissionais médicos e de enfermagem da CONTRATADA deverão estar acessíveis para contato telefônico ou por vídeo conferência pelas unidades e representantes da CAIXA responsáveis pela gestão e operacionalização dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA diariamente durante todo o período de atendimento previsto neste Termo de Referência.

3.4.2 Os prepostos nomeados pela CONTRATADA, deverão estar acessíveis para contato e resolução das solicitações da CAIXA, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 19h00min, possibilitando contato pela CAIXA através de celular, e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas.

3.4.3 A CONTRATADA, por meio de seus prepostos e profissionais médicos e em enfermagem, deverá atender a convocações da CAIXA para realização de reuniões com empregados CAIXA, além de representantes de empresas contratadas pela CAIXA responsáveis pela Auditoria Externa, Regulação, Processamento de Contas e Suporte de Sistemas de Gestão, conforme previsto neste Termo de Referência.

3.4.4 As reuniões, a critério da CAIXA, poderão ser realizadas presencialmente em unidade da CAIXA e/ou por meio de vídeo conferência.

3.4.4.1 A CONTRATADA deverá participar de reuniões por vídeo conferência, a qualquer tempo, quando convocadas pela CAIXA com antecedência de 2 (dois) dias úteis, por meio de ferramenta/aplicação indicada pela CAIXA.

3.4.4.2 A CONTRATADA deverá realizar reunião presencial com empregados da CAIXA responsáveis pela Gestão dos benefícios de assistência à saúde em Brasília/DF em até 15 (quinze) dias após início da vigência contratual.

3.4.4.2.1 A CONTRATADA deverá participar de reuniões presenciais convocadas pela CAIXA, a ser realizada em município e local indicado pela CAIXA, sendo estas convocadas com antecedência de 7 (sete) dias úteis em periodicidade mínima trimestral.



3.4.5 Serão responsabilidade da CONTRATADA quaisquer despesas com diárias, deslocamentos, passagens e hospedagem decorrentes da participação de seus profissionais e prepostos em reuniões.

### **3.5 EQUIPE TÉCNICA**

3.5.1 A CONTRATADA deverá possuir equipe técnica mínima, composta por 1 (um) médico, 1 (um) enfermeiro e 1 (um) especialista em análise de dados.

3.5.2 Os profissionais médicos e em enfermagem deverão possuir registro no respectivo Conselho de Classe profissional, além de comprovar no mínimo, 1 (um) ano de experiência, consecutivo ou não, em auditoria médica para operadoras/planos de saúde e/ou hospitais/cooperativas médicas.

3.5.2.1 Os profissionais deverão comprovar a experiência em auditoria médica mediante apresentação de um dos documentos relacionados a seguir:

- Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, páginas da foto, da qualificação civil e do(s) Contrato(s) de Trabalho;
- Cópia autenticada de Contrato de prestação de serviços, com especificação clara da experiência exigida neste Termo;
- Declaração original emitida por Pessoa Jurídica em papel timbrado, datada e assinada, com identificação completa do emissor.

3.5.2.2 As comprovações de conclusão dos cursos de graduação em medicina e enfermagem, registros válidos nos respectivos Conselhos de Classe profissional e experiência em auditoria médica deverão ser comprovados em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, sem prejuízos a prestação de serviços que deverá ser iniciada na data início de vigência estabelecida em contrato.

3.5.3 A CONTRATADA deverá nomear preposto, responsável por intermediar o relacionamento com a CAIXA e garantir o cumprimento do estabelecido em contrato.

3.5.3.1 O preposto nomeado pela CONTRATADA poderá ser um dos profissionais médico e/ou enfermeiro, pertencentes a equipe técnica, ou outro profissional, sem necessidade específica de formação em disciplinas de saúde.

3.5.3.2 Em até 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CAIXA informações do profissional preposto, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e número para contato por aplicativo de mensagens instantâneas.

3.5.4 Os profissionais médicos e enfermeiros que comporão a equipe técnica da CONTRATADA deverão possuir vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços com

a CONTRATADA, sendo permitida inclusive a contratação de profissionais liberais como pessoas jurídicas, em conformidade com as modalidades de contratação previstas nos termos da legislação vigente.

3.5.4.1 Será permitida a subcontratação pela CONTRATADA de profissionais médicos e enfermeiros, para fins de execução das atividades pertinentes a estes profissionais, conforme previsto neste Termo de Referência, desde que os profissionais alocados na prestação de serviços atendam aos requisitos dos itens 3.5.2 e subitens.

3.5.5 A CONTRATADA deverá possuir na equipe técnica um profissional especialista em análise de dados para concepção dos relatórios, indicadores e painéis (*dashboards*), graduado em pelo menos uma das áreas de conhecimento a seguir: Análise de dados (*Data Analytics*), Analista de Sistemas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de dados, Ciência da Computação, Ciência de dados, Engenharia da Computação, Engenharia de Software, Inteligência de mercado, Processamento de dados, Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação ou demais cursos de extensão em tecnologia e/ou ciência de dados.

3.5.5.1 A comprovação de conclusão do curso de graduação em tecnologia e/ou ciência de dados pela equipe técnica da CONTRATADA deverão ser comprovados em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, sem prejuízos a prestação de serviços que deverá ser iniciada na data início de vigência estabelecida em contrato.

3.5.6 A CONTRATADA deverá comprovar em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, a disponibilização do quadro de profissionais exigido, sem prejuízos a prestação de serviços que deverá ser iniciada na data início de vigência estabelecida em contrato, mediante apresentação de cópia de um dos documentos a seguir:

- Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro documento legal, no caso de ser sócio proprietário da empresa licitante, facultando à CAIXA efetuar consulta ao SICAF acerca de seu quadro societário;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante;
- Contrato de prestação de serviços no qual haja a informação das atividades exercidas pelo profissional, pertinentes a prestação de serviços prevista neste Termo de Referência.

### 3.6 DOS PRAZOS E MULTAS

3.6.1 Para execução dos serviços deverão ser obedecidos os seguintes prazos:

CONTRA AUDITORIA	
Disponibilização à CAIXA de leiaute de dados praticado para importação das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários para fins das rotinas periódicas de Contra Auditoria, incluindo a análise de reapresentação de eventos e controle de prazos do processo, assim como do processo de aprendizagem de máquina baseado no histórico de 24 (vinte e quatro) meses dos citados processos.	em até 10 (dias) após assinatura do contrato
Ajustar leiaute de dados praticado para importação das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários, conforme necessidade da CAIXA	3 (três) dias úteis após demandado pela CAIXA
Realizar importação, classificação, agrupamento, qualificação de dados, análise e processamento dos dados disponibilizados pela CAIXA, que contemplam as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários para fins de aprendizagem de máquina para viabilizar verificação da inteligência artificial	10 (dez) dias úteis após disponibilização dos dados pela CAIXA
Realizar importação, classificação, agrupamento e qualificação de dados disponibilizados pela CAIXA, que contemplam as Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias liberadas e reembolsos de despesas aos beneficiários em ferramenta sistêmica própria de Contra Auditoria	3 (três) dias úteis após disponibilização dos dados pela CAIXA
Realizar a Contra Auditoria nos lotes de <b>autorizações prévias</b> liberadas demandados pela CAIXA, compreendendo a apuração dos erros/inconsistências/fraudes a partir do motor de regras, parametrizações e inteligência artificial da ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados, assim como revisão e avaliação técnica pelos profissionais médicos e enfermeiros, e disponibilização dos relatórios dos erros/inconsistências/fraudes à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas nas ferramentas de Contra Auditoria e painéis (dashboards) acessíveis na internet	7 (sete) dias úteis após disponibilizados dados pela CAIXA

Realizar a Contra Auditoria nos lotes de <b>reembolsos ao beneficiários</b> demandados pela CAIXA, compreendendo a apuração dos erros/inconsistências/fraudes a partir do motor de regras, parametrizações e inteligência artificial da ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados, assim como revisão e avaliação técnica pelos profissionais médicos e enfermeiros, e disponibilização dos relatórios dos erros/inconsistências/fraudes à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas nas ferramentas de Contra Auditoria e painéis (dashboards) acessíveis na internet	7 (sete) dias úteis após disponibilizados dados pela CAIXA
Realizar a Contra Auditoria nos lotes de <b>Guias TISS de Atendimento faturadas aos Credenciados</b> demandados pela CAIXA, compreendendo a apuração dos erros/inconsistências/fraudes a partir do motor de regras, parametrizações e inteligência artificial da ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados, assim como revisão e avaliação técnica pelos profissionais médicos e enfermeiros, e disponibilização dos relatórios dos erros/inconsistências/fraudes à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas nas ferramentas de Contra Auditoria e painéis (dashboards) acessíveis na internet	7 (sete) dias úteis após disponibilizados dados pela CAIXA
Elaboração e disponibilização à CAIXA de parecer técnico formal, conforme modelo definido previamente pela CAIXA, com justificativas que embasem e sustentem os erros/inconsistências encontrados em determinada Guia TISS de Atendimento faturada ao credenciado, autorização prévia liberada e/ou reembolso ao beneficiário	3 (três) dias úteis após demandado pela CAIXA
Disponibilização à CAIXA de parecer que contemple oportunidades de negociação com a rede credenciada, de forma a possibilitar a contenção dos custos assistenciais, baseado nos achados da Contra Auditoria	3 (três) dias úteis após disponibilização dos erros/inconsistências apurados na Contra Auditoria das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados
Executar as rotinas de reapresentação de eventos, diretamente no Sistema de gestão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, referente as Guias TISS de Atendimento e/ou reembolsos identificados com erros/inconsistências	Até o dia da disponibilização à CAIXA, na ferramenta de Contra Auditoria, análise de dados e painéis ( <i>dashboards</i> ), dos erros/inconsistências apurados na Contra Auditoria

<p>Importar dados, apurar e disponibilizar resultados dos indicadores em painéis (dashboards) acessíveis na internet, dos registros de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados e reembolsos a beneficiários, dentre aqueles apontados com inconsistências/erros pela CONTRATADA, <b>que efetivamente foram revertidos/estornados/corrigidos</b> pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas</p>	<p>3 (três) dias úteis após disponibilização dos dados de reapresentação de eventos pela CAIXA</p>
<p>Importar dados, analisar e disponibilizar indicadores dos relatórios de <b>controle das revisões pelas empresas contratadas</b> de Regulação e Processamento de contas, conforme leiaute e formato de dados estabelecido pela CAIXA, referentes aos registros de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações e reembolsos aos beneficiários, que foram indicados pela Contra Auditoria com indícios de erros/inconsistências, de forma que seja possível o <b>acompanhamento do processo pela CAIXA, assim como da efetividade da Contra Auditoria e evolução da execução das rotinas</b> pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas <b>e cumprimento dos prazos</b> das etapas do fluxo processual de Contra Auditoria</p>	<p>3 (três) dias úteis após disponibilização dos dados de pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas</p>
<p>Revisar e atualizar o algoritmo matemático rotineiramente, de forma a possibilitar melhor aprendizagem do perfil de utilização e base de dados da CAIXA.</p>	<p>Periodicamente a cada lote de Guias TISS de Atendimento, autorizações prévias e/ou reembolsos à beneficiário Contra Auditados</p>
<b>ASSESSORIA EM PARÂMETROS REGULATÓRIOS</b>	
<p>Disponibilizar à CAIXA leiaute dos dados da Tabela Geral de Eventos para análise e revisão das regras e parâmetros</p>	<p>em até 10 (dias) após assinatura do contrato</p>
<p>Ajustar leiaute de dados praticado para análise e revisão das regras e parâmetros da Tabela Geral de Eventos, conforme necessidade da CAIXA</p>	<p>3 (três) dias úteis após demandado pela CAIXA</p>
<p>Avaliação inicial pela CONTRATADA quanto a TGE completa dos benefícios de assistência à saúde a partir dos dados disponibilizados pela CAIXA em leiaute homologado, e devolução quanto aos parâmetros sugeridos a serem ajustados e/ou implementados nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde pela CAIXA, conforme leiaute homologado, assim como disponibilização de descritivo em formato *pdf, que justifique, a partir de embasamento técnico em saúde, cada um dos parâmetros sugeridos a serem implantados</p>	<p>60 (sessenta) dias após envio dos dados da TGE e demanda da CAIXA</p>

Manutenção, a partir da indicação dos parâmetros a serem implementados nos Sistemas de Gestão para os novos eventos incluídos ao rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde e/ou pacote, novas tecnologias, novos procedimentos, novos medicamentos, novos materiais, incorporados a TGE, conforme necessidades da CAIXA, e/ou para adequação as melhores práticas das operadoras de saúde, assim como disponibilização de descritivo em formato *pdf, que justifique, a partir de embasamento técnico em saúde, cada um dos parâmetros sugeridos a serem implantados	20 (vinte) dias após demandado pela CAIXA
<b>SISTEMAS</b>	
Disponibilização de acesso à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas à ferramenta de Contra Auditoria e análise de dados da CONTRATADA, online, em sítio na internet	em até 25 (vinte e cinco) dias da assinatura contratual
Disponibilização de acesso à CAIXA e empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas à ferramenta acessível na internet, que apresente por meio de relatórios em painéis ( <i>dashboards</i> ), indicadores e relação das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações e reembolsos aos beneficiários, com possíveis erros/inconsistências, assim como dos resultados das reapresentações e controle do fluxo e rotinas da Contra Auditoria	em até 25 (vinte e cinco) dias da assinatura contratual
Disponibilização de acesso à CAIXA a ferramenta de armazenamento e compartilhamento de arquivos	em até 5 (cinco) dias da assinatura contratual
<b>REUNIÕES</b>	
Participar de reunião presencial em Brasília referente ao início do contrato	15 (quinze) dias após início da vigência contratual
Participar de reuniões presenciais, em locais e horários indicados pela CAIXA	7 (dois) dias úteis após convocação da CAIXA em periodicidade mínima trimestral
Participar de reuniões por vídeo conferência, em horários determinados, por meio de ferramenta/aplicação indicada pela CAIXA	2 (dois) dias úteis após convocação da CAIXA
<b>ENVIO DOCUMENTAÇÃO EQUIPE TÉCNICA</b>	
Disponibilização à CAIXA dos documentos da equipe técnica referente as comprovações de conclusão dos cursos de graduação em medicina e enfermagem, registros válidos nos respectivos Conselhos de Classe profissional e experiência em auditoria médica	em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato
Disponibilizar à CAIXA informações do profissional preposto	em até 5 (cinco) dias após assinatura do contrato
Disponibilizar à CAIXA dos documentos para comprovação de conclusão do curso de graduação em tecnologia e/ou ciência de dados pela equipe técnica da CONTRATADA	em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato

Disponibilizar à CAIXA dos documentos para comprovar vínculo com a CONTRATADA dos profissionais do quadro exigido	em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato
<b>DEMAIS PRAZOS</b>	
Apresentar planejamento com as estratégias para assunção dos serviços	em até 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato
Apresentar de Plano de Contingência à CAIXA para homologação a CAIXA	em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato entre as partes
Consultar e responder a demandas pertinentes a prestação de serviços direcionadas pela CAIXA e/ou empresas contratadas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas, por meio do Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA	Conforme SLA estabelecidos pela CAIXA

3.6.2 Os prazos aqui definidos estarão sujeitos a alterações, que serão previamente comunicadas/negociadas com a CONTRATADA, em razão de eventuais necessidades da CAIXA.

3.6.3 Pelo não cumprimento dos prazos de execução de cada serviço previsto no item será aplicado à CONTRATADA multa por dia de atraso de 0,1% sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% do faturamento mensal.

$$VrM = \Sigma DiasAtr * (VlrF * 0,1\%)$$

VrM = Valor Multa

$\Sigma DiasAtr$  = Somatório de dias de atraso na execução de cada demanda

VrF = Valor Total da Fatura Mensal

3.6.4 Para cálculo do tempo transcorrido para execução do serviço e conseqüente comprovação de descumprimento de prazo será considerado a data protocolada em documento físico e/ou mensagem eletrônica atestando que a CONTRATADA tomou ciência da demanda e/ou registros da demanda nos Sistemas de Relacionamento da Central de Atendimento do Saúde CAIXA.

3.6.5 O cumprimento parcial, atraso ou não cumprimento das exigências estabelecidas no item 8 do Termo de Referência quanto a Segurança da Informação serão passíveis de multa de 0,1% aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% do faturamento mensal.

3.6.6 A não identificação ou identificação de volumes inexpressivos recorrente pela CONTRATADA, por 2 (dois) meses consecutivos ou não, de erros/inconsistências em cada um dos lotes de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e



reembolsos aos beneficiários, sem as devidas justificativas, poderá ser caracterizada pela CAIXA como inexecução contratual, após ampla possibilidade de defesa, passível das sanções contratuais previstas.

#### **4 DA ESTIMATIVA DE PREÇO**

4.1 O preço estimado pela CAIXA para prestação de serviços especificada neste Termo de Referência, encontram-se indicados no Anexo III – Preços Máximos Estimados pela CAIXA do edital.

4.2 Os quantitativos dos serviços indicados no referido Anexo III do edital, para fins de definição do valor global contratado, são estimados, portanto poderão ter variação a menor, visto que caberá exclusivamente a CAIXA a decisão quanto a demanda efetiva do serviço a ser realizado.

4.3 O pagamento será efetuado mediante a entrega dos serviços especificados e demandados pela CAIXA, após homologação pela CAIXA.

4.4 Após conclusão de cada um dos serviços previamente demandados, caberá a CAIXA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, analisar a qualidade e atendimento das exigências contratuais pela CONTRATADA, para homologar a entrega dos serviços para fins de pagamento.

4.5 A CAIXA poderá considerar o serviço incorreto, incompleto e/ou em desconformidade com o previsto neste instrumento, estipulando o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para entrega com os devidos ajustes, se for o caso.

4.6 Todos os custos necessários à realização da prestação de serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo à CAIXA o pagamento estipulado no contrato mediante a entrega total do serviço demandado e após sua homologação.

4.7 A definição dos níveis de desempenho e qualidade esperados para a prestação de prestação do serviço, encontram-se previsto no item 5 deste Termo de Referência.

4.8 Os serviços serão realizados em ambiente da CONTRATADA com exceção das reuniões presenciais.

#### **5 INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO E AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE OPERACIONAL**

5.1 Os serviços descritos neste contrato terão seu desempenho avaliado periodicamente quanto ao nível da performance operacional da prestação do serviço pela

CONTRATADA, sendo esta performance monitorada ao longo do período contratual através dos indicadores de desempenho estabelecidos.

5.2 As metas dos indicadores definem o nível mínimo de performance estabelecida para os serviços prestados pela CONTRATADA, influenciando na remuneração, conforme resultado da taxa de indicadores, que poderá ser mantida pelo atingimento ou aplicado o redutor quando não atingidas as metas estabelecidas para o período.

5.3 A prestação de serviços deverá ser estruturada pela CONTRATADA visando à manutenção dos indicadores, de acordo com os parâmetros especificados neste Termo de Referência.

5.4 Caso quaisquer dos indicadores especificados não sejam atingidos, haverá impacto direto na remuneração, conforme previsto neste Termo de Referência, sem prejuízo à aplicação de multas e sanções administrativas previstas em contrato.

5.5 A apuração dos dados para cálculo desses indicadores será realizada pela CAIXA e ocorrerá por meio dos registros nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde e painéis (dashboards) disponibilizados pela CONTRATADA, conforme previsto neste Termo de Referência.

5.6 Caberá a CONTRATADA o acompanhamento da evolução dos indicadores ao longo do mês notificando a CAIXA imediatamente para avaliação quanto a problemas que prejudiquem a prestação de serviços que reflitam na apuração dos indicadores.

5.7 Quando eventualmente a meta estabelecida para um indicador ou mais não puder ser atingida em decorrência de intercorrências tecnológicas e/ou operacionais a que, comprovadamente, a CAIXA der causa, os registros relativos ao período em que a situação ocorreu serão considerados conformes ou desconsiderados na apuração dos indicadores.

5.8 Se não for possível (ou não for aplicável) a indicação da conformidade dos registros ou sua desconsideração, haverá isenção da apuração da meta do indicador ou indicadores no período.

5.9 A CONTRATADA será passível das sanções contratuais previstas quando do descumprimento de qualquer um dos indicadores de forma reincidente.

5.9.1 Será considerada reincidência o descumprimento reiterado dos Indicadores de Nível de Serviço previstos neste Termo de Referência.

5.9.2 Para contagem da reincidência será considerado os descumprimentos reiterados da CONTRATADA, de um mesmo indicador, considerados quaisquer um dos indicadores previstos, por 3 (três) meses consecutivos ou não, podendo a CAIXA majorar os descontos,

relativos ao item, inicialmente aplicados no percentual de 50% relativos ao último mês da apuração.

5.9.3 O reiterado descumprimento dos indicadores poderá caracterizar a incapacidade da execução total ou parcial dos serviços, possibilitando a aplicação das demais sanções contratuais.

5.10 Os eventuais erros operacionais, técnicos e/ou perda de prazos contratuais e/ou legais na execução dos serviços, que ocorrem por culpa ou dolo da CONTRATADA e que porventura implicam em aplicação de multa, penalidades e quaisquer outros prejuízos decorrentes para CAIXA, obriga a CONTRATADA a ressarcir o valor de eventual multa/ônus à CAIXA, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias à efetiva reparação do dano.

5.11 Os indicadores de desempenho para avaliação de performance são:

- **Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados (ECF):** é o indicador de percentual de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados com apontamentos de erros/inconsistências realizados pela CONTRATADA por meio da Contra Auditoria em que efetivamente houve reversão/estorno dos valores pagos pela CAIXA após reapresentação dos eventos e aceite/correção do erro/inconsistência pelas empresas contratadas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de contas.

a) O ECF será apurado após entrega total da demanda de Contra Auditoria consideradas a conclusão de todas as etapas prevista neste Termo de Referência para tratamento de cada lote;

b) O ECF corresponderá a quantidade de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados pertencentes ao lote demandado pela CAIXA com apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria em que efetivamente houve a concordância do pagamento indevido pelas empresas contratadas de Auditoria Externa, Regulação e Processamento de Contas e reversão dos valores pagos por meio do tratamento das reapresentações de eventos, dividido pelo total de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados pertencentes ao lote demandado pela CAIXA com apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria, multiplicado por 100;

c) Considera-se cumprido o indicador quando o percentual de efetividade na reversão/correção/aceite dos apontamentos de erros/inconsistências da Contra Auditoria atingir 30%;

d) O resultado do ECF será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados (CECF).

<b>ECF</b>	<b>CECF</b>
$\geq 30\%$	1
$\geq 10\%$ e $< 30\%$	0,5
$> 0$ e $< 10\%$	0,3
0	0

- **Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Reembolsos aos beneficiários (ECR):** é o indicador de percentual de Reembolso aos beneficiários com apontamentos de erros/inconsistências realizados pela CONTRATADA por meio da Contra Auditoria em que efetivamente houve reversão/estorno dos valores pagos pela CAIXA após reapresentação dos eventos e aceite/correção do erro/inconsistência pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de contas.

- a) O ECR será apurado após entrega total da demanda de Contra Auditoria consideradas a conclusão de todas as etapas previstas neste Termo de Referência para tratamento de cada lote;
- b) O ECR corresponderá a quantidade de Reembolsos aos beneficiários pertencentes ao lote demandado pela CAIXA com apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria em que efetivamente houve a concordância do pagamento indevido pelas empresas contratadas de Regulação e Processamento de Contas e reversão dos valores pagos por meio do tratamento das reapresentações de eventos, dividido pelo total de Reembolsos aos beneficiários pertencentes ao lote demandado pela CAIXA com apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria, multiplicado por 100;
- c) Considera-se cumprido o indicador quando o percentual de efetividade na reversão/correção/aceite dos apontamentos de erros/inconsistências da Contra Auditoria atingir 20%;
- d) O resultado do ECR será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Reembolsos aos Beneficiários (CECR).

<b>ECR</b>	<b>CECR</b>
$\geq 20\%$	1
$\geq 10\%$ e $< 20\%$	0,5
$> 0$ e $< 10\%$	0,3
0	0

- **Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Autorizações Prévias (ECA):** é o indicador de percentual de Autorizações Prévias com apontamentos de erros/inconsistências realizados pela CONTRATADA por meio da Contra Auditoria em que efetivamente houve a concordância pelas empresas contratadas de Regulação quanto ao apontamento, possibilitando a CAIXA a reversão por vias administrativas.
  - a) O ECA será apurado após entrega total da demanda de Contra Auditoria consideradas a conclusão de todas as etapas previstas neste Termo de Referência para tratamento de cada lote;
  - b) O ECA corresponderá a quantidade de Autorizações prévias pertencentes ao lote demandado pela CAIXA com apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria em que efetivamente houve a concordância da liberação indevida pelas empresas contratadas de Regulação, dividido pelo total de Autorizações Prévias pertencentes ao lote demandado pela CAIXA com apontamentos de erros/inconsistências pela Contra Auditoria, multiplicado por 100;
  - c) Considera-se cumprido o indicador quando o percentual de efetividade na reversão/correção/aceite dos apontamentos de erros/inconsistências da Contra Auditoria atingir 10%;
  - d) O resultado do ECA será relacionado a tabela de gradação abaixo que resultará no Coeficiente de Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Autorizações Prévias (CECA).

ECA	CECA
$\geq 10\%$	1
$\geq 5\%$ e $< 10\%$	0,5
$> 0$ e $< 5\%$	0,3
0	0

## **6 METODOLOGIA DE FATURAMENTO DOS SERVIÇOS**

6.1 A Remuneração do Faturamento (RFAT) corresponderá a soma dos valores unitários de cada um dos serviços demandados e entregues pela CONTRATADA no mês de competência multiplicado pelas respectivas quantidades realizadas, deduzidos os respectivos indicadores de nível de serviço elencados no item 5 (INDICADORES DE NÍVEL DE SERVIÇO E AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE OPERACIONAL).

6.2 A CAIXA pagará a CONTRATADA, a importância constante da Nota Fiscal/Fatura referente a prestação dos serviços entregues e homologados pela CAIXA, conforme previsto no objeto deste contrato, discriminando individualmente os valores de cada um dos serviços

concluídos, sendo que o valor mensal devido será faturado conforme metodologia abaixo:

**RFAT (Remuneração do Faturamento) = [(RTS \* 0,8) + (RTS \* TIND)]**

**Sendo:**

**RTS (Remuneração Total dos Serviços) = VCA + VCF + VCR + VPTC + VPTM**

- VCA (Valor Contra Auditoria em lotes de Autorizações Prévias) = R\$ (Valor do Serviço - Item 1 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) \* Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VCF (Valor Contra Auditoria em lotes de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados) = R\$ (Valor do Serviço - Item 2 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) \* Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VCR (Valor Contra Auditoria em lotes de Reembolsos) = R\$ (Valor do Serviço - Item 3 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) \* Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VPTC (Valor análise e revisão inicial completa parâmetros regulatórios da TGE) = R\$ (Valor do Serviço - Item 4 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) \* Quantidade executada do referido serviço no mês.
- VPTM (Valor da manutenção dos parâmetros regulatórios da TGE) = R\$ (Valor do Serviço - Item 5 DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VOLUMETRIA DOS SERVIÇOS) \* Quantidade executada do referido serviço no mês.

**TIND (Taxa de Indicadores) = (0,12\*CECF) + (0,05\*CECR) + (0,03\*CECA)**

CECF = Coeficiente de Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados

CECR = Coeficiente de Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Reembolsos aos Beneficiários

CECA = Coeficiente de Efetividade dos apontamentos da Contra Auditoria em Autorizações Prévias

6.3 A CAIXA encaminhará à CONTRATADA até o dia 5 (cinco) do mês subsequente a prestação de serviços relatório quanto ao cumprimento dos indicadores para fins de análise, sendo estabelecido o prazo de 2 (dois) dias para análise da apuração dos indicadores e homologação/contestação.

6.3.1 Os indicadores não poderão ser contestados após findado o prazo o estabelecido.

6.4 A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal referente a prestação de serviços e apresentar à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente a prestação de serviços.

6.4.1 Quando a data final de entrega da Nota Fiscal coincidir com dia não útil, deverá ser considerado o 1º dia útil subsequente como data limite para entrega.

6.5 A CAIXA após aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação de serviços, mediante a crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

6.6 A CONTRATADA deverá atender às orientações e diretrizes da CAIXA quanto ao correto código de serviço previsto na inscrição municipal, assim como quanto ao preenchimento e emissão da Nota Fiscal referente a prestação de serviços.

## **7 DAS VEDAÇÕES**

7.1 É expressamente proibido à CONTRATADA:

a) Possuir qualquer tipo de vínculo com credenciados dos benefícios de assistência à saúde sediados na abrangência contratual, abrangendo empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico entendidas como empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

b) Possuir médicos e/ou enfermeiros responsáveis e contratados alocados para a prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, que assumam cargo de chefia, de qualquer natureza, em instituições credenciadas do Saúde CAIXA;

c) Possuir contrato firmado com a CAIXA para prestação de serviços de Auditoria Externa, Regulação e/ou Processamento de Contas aos benefícios de assistência à saúde;

Possuir sócio(s) ou dirigente(s) que sejam cônjuge ou companheiro(a) de empregado(a) da CAIXA;

d) Possuir beneficiários do plano de assistência à saúde no seu quadro funcional ou societário;

e) Utilizar informações e dados da CAIXA com objetivos diversos dos previstos no presente Termo de Referência;

f) Divulgar ou disponibilizar informações e dados da CAIXA para outras empresas/entidades externa à CAIXA, mesmo que filiais, governos e/ou pessoas não indicadas pela CAIXA.



**8 RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS PARA GARANTIA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

8.1 A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

8.2 Para fins deste contrato, a CAIXA, doravante denominada de “CONTRATANTE”, assume o papel de Controladora de dados pessoais, e a CONTRATADA, assume o papel de operadora de dados pessoais.

8.3 Para a execução da finalidade prevista no presente contrato, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA:

- a) os dados pessoais envolvidos tais como nome de beneficiários, cartão dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, data de nascimento, informações pertinentes aos atendimentos realizados pelos beneficiários dos benefícios de assistência à saúde; nome e razão social de credenciados dos benefícios de assistência à saúde, valores pagos aos credenciados dos benefícios de assistência à saúde, informações pertinentes aos atendimentos em saúde prestados pelos credenciados, conforme padrão TISS da ANS, além de outras informações pertinentes e necessária a execução da prestação de serviços de Contra Auditoria objeto deste Termo de Referência;
- b) dados pessoais sensíveis relacionados aos atendimentos em saúde realizados pelos beneficiários de assistência à saúde e prestados pelos credenciados;
- c) a natureza das operações realizadas será para fins de contra auditoria às Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorização prévia liberadas e pedidos de reembolso pelos beneficiários, objetivando melhoria da qualidade assistencial e controle dos custos assistenciais dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, expressos neste Termo de Referência.

8.4 A CONTRATADA se compromete a tratar os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir a finalidade a que se destina seu tratamento, responsabilizando-se por qualquer acesso indevido.

8.5 A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.

8.6. A CONTRATADA está autorizada a tratar, em nome da CONTRATANTE, os dados pessoais a que tiver acesso em decorrência do presente Contrato para a finalidade de contra auditoria às Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, solicitações de autorização prévia liberadas e pedidos de reembolso pelos beneficiários, objetivando melhoria da qualidade assistencial e controle dos custos assistenciais dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, expressos neste Termo de Referência, exigidos na legislação e no contrato/termo de consentimento celebrado com beneficiário titular, e mediante as instruções do CONTROLADOR, sem transferi-los a qualquer terceiro, exceto se expressamente autorizado.

8.7 A CONTRATADA deverá, quando do término das atividades de tratamento de dados pessoais ou ao final do contrato, a critério da CONTRATANTE, eliminar todos os dados pessoais.

8.8 A CONTRATADA deve manter, por escrito, o registro das operações de tratamento realizadas em nome da CONTRATANTE.

8.9 A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.

8.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.

8.11 A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.

8.12 A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.13 A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.

8.14 A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

8.15 A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.

8.16 A CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE para subcontratação de outra empresa para quaisquer atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais relativos ao presente contrato.

8.17 Em caso de concretização de subcontratação ou de sua rescisão, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

8.18 A CONTRATADA é responsável por quaisquer descumprimentos deste contrato pela empresa SUBCONTRATADA, inclusive em relação a incidentes de segurança com dados pessoais.

8.19 A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.

8.20 A CONTRATADA somente poderá realizar transferência de dados pessoais para terceiros seguindo as instruções da CONTRATANTE ou mediante prévia autorização.

8.21 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

8.22 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

8.23 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

8.24 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

8.25 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

8.26 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

8.27 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

8.28 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

8.29 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

8.30 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

8.31 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.

8.32 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

8.33 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo:

Grau de Criticidade em SI Alto ou Máximo		
Domínio Temático	Conteúdo	Carga Horária Anual
Política de Segurança da Informação	Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA	8 horas

Tratamento da Informação	Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”; Descarte seguro de informação	
Reporte de Incidentes	Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA	
Privacy by Design e Secure by Design	Metodologia e princípios	
Fundamentos para Segurança Digital	Conceitos básicos de segurança digital; Uso da Internet	
Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais	Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; Mantendo o dispositivo; Vulnerabilidades e ameaças	
Segurança em Redes	Segurança na Internet; Segurança em redes wi-fi públicas; Proteção de redes pessoais; Computação em nuvem	
Segurança do Usuário	Autenticação no acesso a sistema e a serviços; Proteção de contas pessoais; Mídias sociais; Segurança com e-mails; Armazenamento e compartilhamento de dados; Qualidade de vida digital; Segurança de dados do usuário em viagens	
Segurança e Comportamento em Mídias Sociais	Netiqueta; Construindo seu perfil na Internet; Segurança em mídias sociais; Administrando seu rastro digital; Uso saudável de mídias sociais; Fake News; Jogos online	
Comunidades Digitais	Educação na Internet; Construindo comunidades digitais cidadãos; Empreendedorismo na Internet	
Criptografia	Criptografia; Certificação Digital; Assinatura Digital	
Direito Digital	Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação; Direitos autorais; Fraudes; Assédio virtual; Crimes cibernéticos; Crimes na Internet; Hacktivismo	
Prevenção à fraude	Engenharia social (formas defensivas contra Phishing e Smishing)	

8.34 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item **8.33** e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.

8.34.1 O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item **8.33** será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 hora.

8.35 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

8.35.1 O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.

8.36 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

8.37 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

8.38 A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.

8.39 Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.

8.40 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 9.33 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 9.32, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

c) outros (pode-se adicionar e detalhar indicadores específicos que a unidade contratante julgar pertinente).

8.41 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em multa de 0,1% aplicado sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% do faturamento mensal.

8.42 Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a manter a prestação de serviços, conforme disposto em seu Plano de Contingência, de acordo com especificado no item **10** deste Termo de Referência.

8.43 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

8.44 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a cumprir as exigências previstas no item **11** deste Termo de Referência quanto a desmobilização, assim como:

- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
- b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

8.45 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as cláusulas previstas neste Edital e seus anexos.

8.46 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras previstas neste Edital e seus anexos.

8.47 A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.

8.48 A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações



relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

8.49 A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.

8.50 A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.

8.50.1 A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.

8.51 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item **8.40** e dos demais a seguir:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item **8.32** / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de relatórios, referidos no item **8.35**, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

8.52 A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.

8.53 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

8.54 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

8.55 A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.

8.56 A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

**9 PLANO DE CONTINGÊNCIA**

9.1 O Plano de Contingência consiste na previsão e planejamento de ações que garantam a manutenção da prestação de serviços, diante das seguintes situações:

- a) Greve no sistema de transporte coletivo, greve da categoria profissional ou greve de qualquer outra categoria que impacte na prestação de serviços;
- b) Impedimento de acesso ou uso ao local de trabalho da CONTRATADA;
- c) Queda de energia elétrica;
- d) Indisponibilidade de canais de atendimento, links de acesso à internet e a rede de microcomputadores;

9.2 O plano de contingência deverá considerar, no mínimo:

- a) As atribuições e a composição de uma Gerência de Crise;
- b) A manutenção da execução de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos serviços, dentro dos indicadores de qualidade, definidos para o atendimento;
- c) Atendimento a todas as demandas que envolvam Urgência, Emergência e Remoção.

9.3 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução do Plano de Contingência.

9.4 O Plano de Contingência deve entrar em efetiva operação no máximo em até 06 horas após o início da ocorrência.

9.5 O Plano de Contingência deverá ser apresentado pela CONTRATADA à CAIXA para homologação a CAIXA em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato entre as partes, que poderá indicar soluções mais adequadas a sua realidade.

9.6 Em caso de descumprimento do plano de contingência, a CAIXA aplicará glosa contratual de 0,02% para cada hora de indisponibilidade de qualquer um dos serviços, limitado a 5% (cinco por cento) no mês.

9.7 Em casos excepcionais que impossibilitem a ação do plano de contingência, caberá a CONTRATADA apresentar justificativas à CAIXA, que deliberará quanto a aplicação da sanção prevista.

9.8 A CONTRATADA deverá disponibilizar à CAIXA mecanismos para comprovação da continuidade da prestação de serviços.

9.9 Quando da indisponibilidade dos Sistemas de Gestão e Sistema de Relacionamento da Central de Atendimento da CAIXA, a CONTRATADA será comunicada

quanto a previsão do período de indisponibilidade de forma a assegurar a manutenção da prestação de serviços.

9.9.1 Neste caso a CONTRATADA deverá garantir meios para recepção e tratamento de demandas, conforme orientações da CAIXA.

## **10 IMPLANTAÇÃO DO PROJETO**

10.1 Em até 3 (três) dias úteis após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar planejamento com as estratégias para assunção dos serviços, incluindo ações e prazos para contratação e capacitação da equipe e início da prestação de serviços, conforme exigido no presente Termo de Referência, com garantia do padrão de qualidade e requisitos para cumprimento dos indicadores de desempenho.

10.2 A CONTRATADA deve fazer constar da proposta comercial o prazo necessário para assunção dos serviços, considerando o máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto neste Termo de Referência.

10.3 A CAIXA poderá deliberar quanto a necessidade de assunção dos serviços em prazos inferiores a 30 (trinta) dias.

## **11 DESMOBILIZAÇÃO**

11.1 A presente contratação prevê período de desmobilização de até 30 (trinta) dias para finalização de todos os processos e atividades demandadas pela CAIXA e não finalizadas em posse da CONTRATADA.

11.1.1 Nesse período deverão ser realizados os seguintes serviços:

- Finalização de todos os processos remanescentes do último mês de operação e eventuais pendências anteriores;
- Disponibilização de relatórios quanto às pendências em posse da CONTRATADA que serão finalizadas no prazo de 30 (trinta) dias, atendendo aos prazos expressos no item **3.6**;
- Enviar à CAIXA ao fim do prazo contratual todos os documentos em posse da CONTRATADA
- entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos produzidos durante a vigência do contrato;
- executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CAIXA ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;

- devolver ou transferir a quem for designado pela CAIXA todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

11.2 Não haverá pagamento durante a fase de desmobilização, visto que a CONTRATADA receberá o valor global do contrato em que fará a operação do objeto contratual, conforme previsto neste Termo de Referência.

## **12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1 Além das rotinas estabelecidas acima neste Anexo, a CONTRATADA deve observar as seguintes condições para a prestação dos serviços:

12.1.1 A instalação da sede ou filial da CONTRATADA, onde serão prestados todos os serviços previstos neste Termo de Referência, deverá estar localizada, obrigatoriamente, em qualquer município do território nacional.

12.1.2 Caso haja alteração do endereço de instalação/funcionamento da CONTRATADA esta deverá comunicar formalmente à CAIXA.

12.1.3 As instalações da CONTRATADA deverão possuir plenas condições de acessibilidade para idosos e pessoas portadoras de deficiência.

12.2 A prestação dos serviços abrangerá as Guias TISS de Atendimento, autorizações prévias e reembolsos, referentes a beneficiários e prestadores credenciados dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, de quaisquer municípios do território nacional.

12.3 Toda atividade da CONTRATADA deverá ser realizada com recursos próprios e especializados, humanos e materiais adequados às atividades a serem executadas, nos prazos e condições definidas neste Termo de Referência, inclusive com meio de transporte próprio para seus deslocamentos.

12.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar a seus funcionários e profissionais todos os insumos, materiais, equipamentos e infraestrutura para execução das atividades previstas neste Termo de Referência.

12.5 É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização das ferramentas tecnológicas e sistemas previstos neste Termo de Referência, para fins de execução da importação, tratamento e análise de dados, Contra Auditoria, disponibilização de painéis (dashboards) e relatórios na internet, solução de armazenamento e compartilhamento de arquivos.

12.6 Os serviços especificados neste Termo de Referência serão executados em conformidade às normas dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, que se reserva ao

direito de realizar visita técnica às instalações da licitante, com o objetivo de verificar as informações prestadas, bem como sua estrutura operacional.

12.7 A CONTRATADA deverá manter preposto, responsável pela prestação de serviços e processos previstos neste Termo de Referência, acessíveis durante todo horário de expediente previsto neste Termo de Referência, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, podendo essa se reportar a eles no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicados pela CONTRATADA em até 5 (cinco) dias após assinatura do contrato.

12.7.1 O preposto nomeado pela CONTRATADA, deverá estar acessível para contato e resolução das solicitações da CAIXA, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min às 19h00min, possibilitando contato pela CAIXA através de celular, e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas.

12.8 Em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá ter comprovada a contratação do quadro técnico e de profissionais, bem como os seus requisitos, conforme exigência mínima estabelecida neste Termo de Referência.

12.8.1 A CONTRATADA deverá garantir quantidade de empregados e colaboradores adequada e compatível com a volumetria e condições previstas neste Termo de Referência, de forma a atender a todo escopo contratual, garantindo a qualidade dos serviços e prazos exigidos.

12.8.2 A CONTRATADA deve possuir profissionais em medicina e enfermagem devidamente habilitados e registrados nos Conselhos Regionais de cada formação, assim como ter condições técnicas para executar os serviços nos prazos estipulados neste contrato.

12.8.3 Os profissionais técnicos em Medicina e Enfermagem, assim como profissional preposto, deverão executar as atividades previstas neste Termo de Referência e estar acessíveis para atendimento às demandas da CAIXA durante horário comercial, conforme previsto no item **12.7.1**.

12.8.4 A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro funcional reserva de profissionais para substituir imediatamente aqueles efetivos, nos casos de licenças, férias, absenteísmo e ausências legais; aqueles que não atendam às necessidades ou exigências do objeto contratado, bem como aqueles cuja conduta seja julgada inconveniente pela CAIXA, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços.

12.8.5 No caso de substituição, por qualquer razão, dos profissionais técnicos exigidos

neste Termo de Referência, a CONTRATADA se compromete a apresentar, em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data da substituição, a documentação dos novos profissionais.

12.8.6 A CONTRATADA deverá comunicar a CAIXA imediatamente qualquer afastamento ou desligamento de empregados de seu corpo funcional com objetivo de exclusão dos acessos destes aos Sistemas de Gestão e SISTEMA de relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde.

12.9 A CONTRATADA deverá possuir as regras e normas dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, que serão entregues pela CAIXA quando da contratação, necessários para a execução do objeto do presente contrato.

12.9.1 A CAIXA encaminhará à CONTRATADA as alterações ocorridas nos documentos citados no presente item.

12.10 A CONTRATADA deverá manter sigilo médico/profissional absoluto de todas as informações obtidas das instruções/decisões da gerência da CAIXA, dos Sistemas de Gestão e Sistema de relacionamento da Central de Atendimento, das instruções disponibilizadas pela CAIXA, dos documentos manipulados por seus empregados/colaboradores ou produzidos no cumprimento da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, bem como colocar à disposição da CAIXA, conforme solicitação, os documentos, relatórios, controles, sistemas e quaisquer outras informações obtidas ou produzidas, indicando especial atenção à sua guarda, quando for o caso.

12.11 Toda e qualquer irregularidade identificada deverá ser de imediato comunicada formalmente à CAIXA.

12.12 A CONTRATADA deverá executar suas atividades em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), n.º 13.709/2018.

12.13 A Contra Auditoria das Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, autorizações prévias e reembolsos aos beneficiários, deverão ser feitas de acordo com os documentos a seguir:

- a) Normativos dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA;
- b) As Resoluções dos Conselhos, Órgãos e/ou Sociedades de Classe;
- c) As Resoluções da ANS, ANVISA e outros órgãos ou agências reguladores;
- d) Os protocolos clínicos padronizados para a execução dos procedimentos;
- e) As regras das tabelas CBHPM, AMB ou qualquer outra que a CAIXA venha a adotar;
- f) Outros manuais/documentos que vierem a ser disponibilizados à CONTRATADA pela CAIXA.

12.14 Alterações na legislação federal e normas específicas dos benefícios de

assistência à saúde determinadas pela CAIXA, implicarão em manutenção dos serviços por parte da CONTRATADA sem ônus para a CAIXA, sendo consideradas como manutenções legais.

12.15 Cabe a CONTRATADA manter seu corpo técnico devidamente atualizado com relação a toda legislação a ser observada pelas operadoras e planos de assistência à saúde, para o perfeito cumprimento do objeto contratado.

12.16 A CAIXA repassará a CONTRATADA as devidas orientações para operacionalização dos Sistemas de Gestão e relacionamento da Central de Atendimento dos benefícios de assistência à saúde.

12.17 A CONTRATADA não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CAIXA quaisquer informações gerais e/ou particulares de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto do contrato, exceto com autorização expressa da CAIXA.

12.17.1 Esta cláusula de confidencialidade permanece vigente independente do término do contrato.

12.18 Todas as despesas e serviços com deslocamentos, passagens e hospedagem decorrentes de reuniões, em qualquer região do país serão responsabilidade da CONTRATADA.

### **13 DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

13.1 As demais obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, as obrigações da CAIXA, o prazo de execução, a fiscalização e o gerenciamento do contrato, a aceitação dos serviços e o correspondente pagamento, bem como as sanções aplicáveis constam da Minuta de Contrato.



## ANEXO II

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

## 1 LICITAÇÃO CAIXA Nº 215/2024

**2 OBJETO:** Prestação de serviços de assessoria técnica em saúde e apoio a gestão operacional dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, por meio da execução de Contra Auditoria e elaboração de pareceres, scripts e relatórios para fins de subsidiar a CAIXA quanto a parâmetros regulatórios na Tabela Geral de Eventos – TGE, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

**NOME DA PROPONENTE:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE/FAX:**

**E-MAIL:**

## 3 PREÇOS PROPOSTOS

Serviços por demanda				
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade estimada em 12 meses (A)	Valor unitário R\$ (B)	Valor Total R\$ (C)
1	Realizar Contra Auditoria em Lote de Autorizações Prévia, incluídas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12		
2	Realizar Contra Auditoria em Lote de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, incluídas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12		
3	Realizar Contra Auditoria em reembolsos de despesas aos beneficiários, incluídas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12		
4	Avaliação inicial quanto a TGE completa dos benefícios de assistência à saúde e resposta quanto aos parâmetros sugeridos a serem ajustados e/ou implementados nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde pela CAIXA, incluídas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	1		

5	Manutenção, a partir da indicação dos parâmetros a serem implementados nos Sistemas de Gestão para os novos eventos inclusos ao rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde e/ou pacote, novas tecnologias, novos procedimentos, novos medicamentos, novos materiais, incorporados a TGE, conforme necessidades da CAIXA, e/ou para adequação as melhores práticas das operadoras de saúde, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	4		
<b>Valor Global Contrato (C) = (A) x (B)</b>				<b>(*)</b>

**3.1 VALOR GLOBAL PROPOSTO:** R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso) **(\*)**

**OBS: (\*)** Preço a ser enviado eletronicamente (ver subitem 5.2 do Edital), e que será utilizado para efeito de julgamento das propostas antes da fase de lances.

**4 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ( ) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 90 dias, conforme item 5.3.5 do edital)

## 5 DECLARAÇÃO

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

I) responsabiliza-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.

III) cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome:

CPF:

**INSTRUÇÕES:** Para a elaboração da proposta ver, em especial, item 5 do Edital.

## ANEXO III

**PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS PELA CAIXA**

Serviços por demanda				
Item	Descrição dos Serviços	Quantidade estimada em 12 meses (A)	Valor unitário R\$ (B)	Valor Total R\$ (C)
1	Realizar Contra Auditoria em Lote de Autorizações Prévias, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12	9.438,00	113.256,00
2	Realizar Contra Auditoria em Lote de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12	30.487,80	365.853,60
3	Realizar Contra Auditoria em reembolsos de despesas aos beneficiários, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12	9.900,00	118.800,00
4	Avaliação inicial quanto a TGE completa dos benefícios de assistência à saúde e resposta quanto aos parâmetros sugeridos a serem ajustados e/ou implementados nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde pela CAIXA, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	1	30.487,80	30.487,80
5	Manutenção, a partir da indicação dos parâmetros a serem implementados nos Sistemas de Gestão para os novos eventos inclusos ao rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde e/ou pacote, novas tecnologias, novos procedimentos, novos medicamentos, novos materiais, incorporados a TGE, conforme necessidades da CAIXA, e/ou para adequação as melhores práticas das operadoras de saúde, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	4	3.400,00	13.600,00
<b>VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO (C) = (A) x (B)</b>				<b>R\$ 641.997,40</b>

**ANEXO IV****MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA EM SAÚDE E APOIO A GESTÃO OPERACIONAL DOS BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CAIXA, POR MEIO DA EXECUÇÃO DE CONTRA AUDITORIA E ELABORAÇÃO DE PARECERES, SCRIPTS E RELATÓRIOS PARA FINS DE SUBSIDIAR A CAIXA QUANTO A PARÂMETROS REGULATÓRIOS NA TABELA GERAL DE EVENTOS – TGE, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA [ou O CONSÓRCIO]\_\_\_\_\_.**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_ [indicar e qualificar o representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação], daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa [ou o consórcio] \_\_\_\_\_ [indicar o nome da empresa ou do consórcio, em caixa-alta e negrito], inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_ [em caso de consórcio deverá ser informado o CNPJ do consórcio constituído], com sede na \_\_\_\_\_ [indicar o endereço completo, inclusive CEP], neste ato representada por \_\_\_\_\_ [indicar e qualificar o representante da contratada], doravante designada **CONTRATADA**, [incluir em caso de consórcio: sendo o referido consórcio constituído pela empresa líder \_\_\_\_\_ (indicar o nome da empresa líder do consórcio, em caixa-alta e negrito), inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (indicar o endereço completo, inclusive CEP), e pela(s) empresa(s) \_\_\_\_\_ (indicar nome, CNPJ e endereço completo das demais empresas que constituem o consórcio)], doravante designadas **CONSORCIADAS**], em face da autorização do(a) \_\_\_\_\_ [indicar o nome e cargo do autor da autorização] \_\_\_\_\_ da CAIXA, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, constante do Processo Administrativo nº 5688.01.1015.0/2024, Licitação CAIXA nº 215/2024, SICLG 62970, têm justo e contratada prestação do serviço objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado, bem como às cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica em saúde e apoio a gestão operacional dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA, por meio da execução de Contra Auditoria e elaboração de pareceres, scripts e relatórios para fins de subsidiar a CAIXA quanto a parâmetros regulatórios na Tabela Geral de Eventos – TGE, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

**Parágrafo Único** - A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Anexo I – Termo de Referência, que integra(m) e complementa(m) este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas neste contrato e anexos:

- I Executar, perfeita e integralmente, os serviços contratados, nos horários estabelecidos pela CAIXA e nos prazos ajustados, por meio de pessoas idôneas/tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados às suas instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade estender-se-á aos danos causados a terceiros durante a prestação dos serviços;
- II Recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora, assumindo, ainda, total responsabilidade pela coordenação e supervisão dos encargos administrativos de seus empregados, tais como: controle, fiscalização e orientação técnica, controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, férias, punições, admissões, demissões, transferências, promoções, etc.;
- III Manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens aos prestadores de serviços e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do contrato, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da CAIXA, bem como para que a CAIXA se reporte no caso de encaminhamento de medidas necessárias ao cumprimento da legislação pertinente à segurança e saúde no trabalho, o qual deverá ser formalmente indicado pela CONTRATADA, no ato da assinatura do contrato;
- IV Conferir e atestar os serviços prestados, garantindo que os mesmos atingem o nível de adequação descrito pela CAIXA, cumprindo, rigorosamente, os prazos estabelecidos pela CAIXA e responsabilizando-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar à CAIXA ou a terceiros, de modo

direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para a CAIXA;

- V Substituir os empregados, nos casos de falta, ausência legal, férias, bem como nos casos em que a conduta do prestador seja considerada inconveniente pela CAIXA, de modo que os serviços não sejam descontinuados nos horários/períodos estabelecidos;
- VI Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;
- VII Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;
- VIII Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- IX Diligenciar para que seus empregados não prestem serviços que não os previstos no objeto deste contrato;
- X Pagar com pontualidade aos seus empregados o salário e benefícios indicados na sua proposta e apresentar à CAIXA, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes/guias de recolhimento dos impostos, contribuições e taxas incidentes sobre esses serviços, quando devidos, referentes ao mês de competência do documento fiscal;
- XI Assumir todas as despesas e ônus relativos ao pessoal e quaisquer outros oriundos, derivados ou conexos com o contrato, ficando ainda, para todos os efeitos legais, consignada, pela CONTRATADA, a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados/prepostos e a CAIXA;
- XII Agir com total diligência em eventuais reclamações trabalhistas promovidas por seus empregados que estejam ou, em algum momento, estiveram envolvidos na prestação de serviços objeto deste contrato, comparecendo em todas as audiências designadas, apresentando as necessárias contestações e recursos cabíveis, ainda que extinta a relação contratual com a CAIXA. A omissão da CONTRATADA, nas demandas dessa natureza, será considerada falta grave, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas neste contrato, assegurada a prévia defesa;
- XIII Indenizar todas as despesas e custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA, por força de sentença judicial que reconheça a responsabilidade subsidiária ou solidária da CAIXA por créditos devidos aos empregados da CONTRATADA, ainda que extinta a relação contratual entre as partes;
- XIV Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, inclusive quanto à necessidade de

constituição de CIPA, se for o caso, nos termos da “Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego”;

- XV Atender às solicitações da CAIXA para realização de serviços extraordinários e para prorrogação do turno contratado, cabendo à CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- XVI Assumir total responsabilidade sobre os equipamentos, móveis e utensílios, que porventura sejam colocados à disposição para a prestação dos serviços, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a CAIXA das despesas com manutenção corretiva decorrente de má utilização, ou restituindo o bem ou o seu correspondente valor, no caso de perda;
- XVII Fornecer à CAIXA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sempre que solicitado, planilha detalhada dos insumos que compõem o preço contratado;
- XVIII Informar à CAIXA, para efeito de controle de acesso às suas dependências, os nomes, os respectivos números da carteira de identidade e CPF(MF) dos empregados alocados na prestação dos serviços, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no contrato. Da mesma forma, faz-se necessária a comunicação de todas as ocorrências de afastamento definitivo, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, e novas contratações de empregados, até o dia do início do trabalho;
- XIX Manter seus empregados, quando em serviço nas dependências da CAIXA, devidamente uniformizados, com as vestimentas e acessórios em perfeito estado de conservação e identificados com crachá em padrão indicado pela CAIXA.
- XX Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- XXI Obedecer às normas e rotinas da CAIXA, bem como a legislação aplicável, em especial, as que disserem respeito à segurança e saúde no trabalho, assumindo todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;
- XXII Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante à prestação dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- XXIII Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;



- XXIV Orientar os seus empregados, treinando-os e reciclando-os periodicamente, tanto no aspecto técnico, como no relacionamento humano, visando a mantê-los plenamente aptos ao perfeito desenvolvimento de suas funções, observadas as exigências e necessidades da CAIXA;
- XXV Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde a implantação;
- XXVI Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos, recursos materiais e condições necessários para o desenvolvimento de suas funções, exigidos por legislação ou norma do trabalho específica, inclusive, quando for o caso, disponibilizar “e-mail”, sendo vedada a utilização da conta de “e-mail” da CAIXA;
- XXVII Prover todos os meios necessários à garantia da prestação dos serviços contratados e a plena execução do objeto contratado, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXVIII Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;
- XXIX Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- XXX Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XXXI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XXXII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XXXIII Diligenciar para que seus empregados, quando em serviço na CAIXA, apresentem-se em condições adequadas de descanso, de alimentação, de estado de alerta, entre outras físicas e mentais que garantam a segurança de todos no ambiente da CAIXA, sejam clientes, empregados ou terceirizados;

- XXXIV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato.
- XXXV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- XXXVI Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual.
- XXXVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XXXVIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na GESAD (GN SAÚDE CAIXA), situada a ST SAUS QUADRA 3, BLC E, 6º andar, MATRIZ II, Asa Sul, Brasília/DF, 70070-030, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.
- XXXIX Aceitar alterações das condições dos serviços inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato, ou negociar com a CAIXA caso seja demonstrado impactos.
- XL Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública.
- XLI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- XLII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Quinta.

- XLIII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba "Downloads", no link "A CAIXA – Governança Corporativa"), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à CAIXA o exercício do direito de regresso, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA.
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverão ser prestados os serviços, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizando justificativa;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- IV Indicar o representante da CAIXA responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

- V Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado.

**Parágrafo Primeiro** – No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
  - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
  - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
  - a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
  - a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.

- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.
- IX Aplicar treinamento anual para seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho, podendo para isso utilizar material de referência fornecido pela CAIXA e apresentar a respectiva Declaração de Treinamento dos Empregados, anexo ao contrato, comprovando a conclusão, no prazo máximo de 60 (sessenta dias), a partir da assinatura do contrato.
- a) Caso a CONTRATADA tenha realizado cursos com temática similar, poderá ser apresentada evidência comprobatória (certificado, declaração ou documento equivalente), no mesmo prazo, sendo a carga horária mínima exigida de 05 (cinco) horas.
- b) A capacitação dos empregados deverá ocorrer a cada anualidade do contrato, durante a jornada de trabalho dos empregados.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E SUA REVISÃO**

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados, perfazendo o valor global de R\$ [REDACTED] (valor por extenso), pelo período de vigência do contrato.

Serviços por demanda			
Descrição dos Serviços	Quantidade estimada em 12 meses (A)	Valor unitário R\$ (B)	Valor Total R\$ (C)
Realizar Contra Auditoria em Lote de Autorizações Prévias, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12		

Realizar Contra Auditoria em Lote de Guias TISS de Atendimento faturadas aos credenciados, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12		
Realizar Contra Auditoria em reembolsos de despesas aos beneficiários, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	12		
Avaliação inicial quanto a TGE completa dos benefícios de assistência à saúde e resposta quanto aos parâmetros sugeridos a serem ajustados e/ou implementados nos Sistemas de Gestão dos benefícios de assistência à saúde pela CAIXA, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	1		
Manutenção, a partir da indicação dos parâmetros a serem implementados nos Sistemas de Gestão para os novos eventos inclusos ao rol de custeio dos benefícios de assistência à saúde e/ou pacote, novas tecnologias, novos procedimentos, novos medicamentos, novos materiais, incorporados a TGE, conforme necessidades da CAIXA, e/ou para adequação as melhores práticas das operadoras de saúde, inclusas todas atividades e rotinas descritas neste Termo de Referência	4		
<b>VALOR GLOBAL (C) = (A) X (B)</b>			<b>R\$</b>

**Parágrafo Primeiro** – É admitida a revisão de preços deste contrato, para mais ou para menos, limitada à variação obtida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou por outro índice que o venha substituir, sujeito à negociação, observados os preços vigentes no mercado para a prestação do serviço, desde que respeitado o intervalo mínimo de 1 (um) ano.

**Parágrafo Segundo** – Na primeira revisão, o prazo de 12 (doze) meses será contado da data da apresentação da última proposta homologada na licitação. Nas revisões subsequentes, a anualidade será contada da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

- I A revisão deverá ser solicitada dentro do prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de aquisição do direito, caso contrário os efeitos da revisão serão a partir da data do pedido, tornando-se a CONTRATADA única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não solicitação no período determinado.
- II Caso a CONTRATADA não efetue o pedido de revisão dos preços do contrato até a data da assinatura do aditamento de prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito à revisão de preços referente ao período imediatamente anterior à data da assinatura do aditamento de prorrogação.
- III Ocorrerá a preclusão do direito à revisão se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.

- IV Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice ou à cesta de índices do *caput*, sendo, portanto, o limitador da revisão;
- V No caso da primeira revisão, o índice a ser aplicado será a variação apurada dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do direito.

**Parágrafo Terceiro** – A variação do valor contratual para fazer face à revisão de preços prevista no próprio contrato dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizado por apostilamento.

**Parágrafo Quarto** - A contratada pode interpor recurso administrativo, sem efeito suspensivo, sobre os cálculos efetuados pela CAIXA para a concessão da revisão de preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após a aceitação dos serviços e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, no 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

**Parágrafo Primeiro** - O correspondente documento fiscal deve ser apresentado à CAIXA até o dia 8 (oito) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da nota fiscal/fatura, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

- I Quando o dia 08 (oito) coincidir com dia não útil o documento fiscal deverá ser apresentado no 1º dia útil subsequente.

*[Incluir o inciso II quando se tratar de contratação de empresas reunidas em consórcio:]*

- II No caso de pagamento a consórcio constituído para a prestação dos serviços, a empresa líder deverá apresentar à CAIXA os documentos de cobrança acompanhados das respectivas notas fiscais emitidas por cada uma das CONSORCIADAS, correspondentes aos valores da prestação de serviços de cada empresa participante do consórcio. ]

**Parágrafo Segundo** – Além das informações exigidas na legislação aplicável, a nota fiscal/fatura deve conter ainda:

- I A identificação completa da CAIXA, para o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;



- II Descrição de todos os serviços/itens que compõem a respectiva nota fiscal/fatura de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como, a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço.

**Parágrafo Terceiro** – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação. A devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA, em hipótese alguma, autorizará a CONTRATADA a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

**Parágrafo Quarto** – A CAIXA fará as retenções dos tributos e contribuições sociais/previdenciárias, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista em legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos e/ou das contribuições previdenciárias, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Quinto** – Quando houver a prestação de serviço em município, cuja Lei Municipal atribua à CAIXA a responsabilidade pela retenção do ISSQN na fonte e, por conseguinte, o respectivo repasse, a CONTRATADA é obrigada a faturar os serviços, separadamente, por Município, emitindo quantos documentos fiscais forem necessários, independentemente de a CONTRATADA estar ou não nele estabelecida e da sua situação cadastral na localidade onde os serviços estão sendo prestados.

**Parágrafo Sexto** – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, bem como das contribuições à Previdência, quando for o caso, decorrentes do atraso na entrega do documento fiscal pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

**Parágrafo Sétimo** – A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação.

**Parágrafo Oitavo** - A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Nono** - Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetuará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias

úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

**Parágrafo Décimo** – Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

*[Incluir o parágrafo abaixo quando se tratar de contratação de empresas reunidas em consórcio:]*

**Parágrafo Décimo Segundo** – No caso de consórcio constituído para a prestação dos serviços, a responsabilidade contratual é solidária entre todas as CONSORCIADAS.]

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, a contar de dd/mm/aaaa, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.

**Parágrafo Primeiro** – O interesse da CONTRATADA na prorrogação contratual deve ser manifestado, por escrito, com, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias de antecedência do vencimento do contrato, podendo a falta de manifestação ser interpretada como desinteresse na prorrogação da relação contratual, ressalvada a possibilidade de discussão acerca de eventuais danos à CAIXA oriundos da não prorrogação.

**Parágrafo Segundo** – A prorrogação dar-se-á por apostilamento, quando houver manifestação formal e expressa da CONTRATADA e não houver alteração das demais disposições contratuais, dispensando-se a assinatura da CONTRATADA. Caso a prorrogação esteja acompanhada de alterações contratuais que impliquem modificação das obrigações pactuadas, tais ajustes serão formalizados por meio de termo aditivo.

## **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução deste contrato caberá à CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RESSARCIMENTO**

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VIN} \\ \text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

**Parágrafo Quarto** – Caso o acumulado dos índices de correção monetária seja negativo (deflação) para o período referenciado, esse não deverá ser considerado no cálculo de atualização, prevalecendo o valor nominal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ [REDACTED] (valor por extenso), que corresponde a 3% (três por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro;
- II Seguro-garantia;
- III Fiança bancária

**Parágrafo Primeiro** - A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

- I Correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

**Parágrafo Segundo** – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

**Parágrafo Terceiro** – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 (trinta) dias, após a última data de vencimento do contrato;

- I O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.

- a) No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- II A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- III A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- IV A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- V No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- VI A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- VII Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- VIII A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**Parágrafo Quarto** – Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- I Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- II Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- III Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- IV Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;

- V Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

**Parágrafo Quinto** – Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- I Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- II Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- III Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- IV Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

**Parágrafo Sexto** – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

**Parágrafo Sétimo** – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

**Parágrafo Oitavo** – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

**Parágrafo Nono** – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- I Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- II Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- III Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- IV Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;

- V Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;
- VI Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- VII Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- VIII O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “III”, “IV”, “VI” e “VII” acima.

**Parágrafo Décimo** – A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo** – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo oitavo acima.

**Parágrafo Décimo Quarto** – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

- I A substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

**Parágrafo Décimo Quinto** - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** – A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- I Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- II Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 5% sobre o valor global do contrato;
- III Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 5% sobre o valor global do contrato;
- IV Pela não realização de atividades periódicas relacionadas à segurança no trabalho com a adoção de normas técnicas de saúde e segurança, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- V Pela não realização de ações de sensibilização sobre a temática combate à discriminação no trabalho e à não utilização de práticas de assédio moral ou sexual, a partir do 6º mês de vigência do contrato: multa de 1% sobre o valor global do contrato;
- VI Pelo não cumprimento dos prazos de execução de cada serviço previsto no item 3.6 do Anexo I – Termo de Referência, será aplicado à CONTRATADA multa por dia de atraso de 0,1% sobre o valor total da fatura correspondente ao mês em que se verificar a ocorrência, limitado a 10% do faturamento mensal.

$$VrM = \Sigma DiasAtr * (VlrF * 0,1\%)$$

VrM = Valor Multa

$\Sigma DiasAtr$  = Somatório de dias de atraso na execução de cada demanda

VrF = Valor Total da Fatura Mensal

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos

em relação a este contrato e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Terceiro** – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I        Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II       Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III      Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV      Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V       Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI      Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII     Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII    Não manter a proposta;
- IX      Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X       Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- XI     Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

**Parágrafo Quarto** – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

**Parágrafo Quinto** – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**Parágrafo Sexto** – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU e lançadas no sistema CGU-PJ, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Sétimo** – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ILÍCITOS PENAIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A rescisão do contrato se dá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado;
- III Por determinação judicial.

**Parágrafo Primeiro** – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente.
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

**Parágrafo Terceiro** - Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**Parágrafo Quarto** – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

**Parágrafo Quinto** - Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao serviço contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária prevista no pré-comprometimento SAP nº 8000027487 e item de acompanhamento orçamentário nº 5303-37 – “Consultoria do PAMS”.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA somente poderá subcontratar outra empresa para atendimento parcial deste contrato, nos limites e condições estabelecidos no item “Disposições Finais” do edital.

**Parágrafo Único** – No caso de subcontratação de outra empresa, a CONTRATADA não transferirá suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a CAIXA, com total responsabilidade contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 13.303/2016;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I É facultado a alocação de empregados portadores de deficiência nos locais de prestação dos serviços, cabendo à CONTRATADA avaliar a compatibilidade entre a deficiência apresentada e a atividade a ser desempenhada.

- II A CAIXA, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o horário de início da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;
- III Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais de prestação dos serviços, caso em que a CAIXA notificará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- IV É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da área da CAIXA responsável pela operação pretendida;
- V Nos casos de utilização deste contrato como garantia para concessão de crédito ou formalização de negócio para a CONTRATADA junto à CAIXA, a autorização caberá à área comercial responsável pelas tratativas;
- VI Na cessão de créditos para outras instituições financeiras, que não a CAIXA, a autorização caberá à área gestora do contrato;
- VII O pagamento de salários, benefícios e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e sociais, referentes aos empregados alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como multas e ressarcimentos por prejuízos sofridos pela CAIXA terão preferência sobre a cessão dos créditos;
- VIII A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- IX O caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, apresentada no ato da assinatura do contrato e que o integra, permite à contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- X É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – ARBITRAGEM**

A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis inerentes a este contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado de Pernambuco, na cidade de Recife.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

**Local/data**

---

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

---

**DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

**Testemunhas**

---

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

---

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF(MF): \_\_\_\_\_

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - d) Dirigente da CAIXA;
  - e) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - f) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(\_\_\_\_\_)

Nome/RG/CPF



**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**  
**ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.  
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

## ANEXO DO CONTRATO Nº .....

**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****1 OBJETIVO**

**1.1** Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

**1.2** Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

**1.3** As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

**1.4** Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**

**2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:**

**2.1.1** Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

**2.1.2** Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

**2.1.3** Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

**2.1.4** Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamentou a Lei 12.846/2013.

**2.1.5** Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de

produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

**2.1.6** Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

**2.1.7** Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

**2.1.8** Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

**2.1.9** Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

**2.1.10** Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

**2.1.11** Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

**2.1.12** Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

**2.1.13** Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

**2.1.14** Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

**2.1.15** Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

**2.1.16** Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

**2.1.17** De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site [www.jogoresponsavel.com.br](http://www.jogoresponsavel.com.br) e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

**2.2** As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

**3.1** A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

**3.1.1** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

**3.1.2** Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

**3.1.3** Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

**3.1.4** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

**3.1.5** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

**3.1.6** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

**3.1.7** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

**3.1.8** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

**3.1.9** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

**3.1.10** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**3.1.11** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

**3.2.1** Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

**3.2.2** Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

**3.2.3** Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

**3.2.4** Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

**3.2.5** Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

**3.2.6** Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

**3.3.1** Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

**3.3.2** Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

**3.3.3** Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

**3.3.4** Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

**3.3.5** Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

**3.3.6** Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO  
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

**[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR]**, inscrita(o) no [CNPJ OU CPF] ....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR], DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

---

Local, data.

---

(assinatura)  
(nome e cargo)



**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Exclusivo  
para Prestador de Serviço**

<b>Nome do Usuário</b>	<b>CPF</b>
<b>Empresa</b>	<b>Função</b>
<b>Lotação</b>	<b>Telefone</b>

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;

11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>, clique na aba “Downloads”, item “Governança Corporativa”, no link “Política de Segurança e Informação”, ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do usuário

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF e Assinatura do  
Representante/Preposto da Empresa  
Contratada

## ANEXO DO CONTRATO Nº .....

**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL  
E CLIMÁTICA CAIXA – EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO**

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

## ANEXO DO CONTRATO Nº .....

**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO  
MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA –  
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO**

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a capacitar os prestadores de serviço quanto às referidas diretrizes.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

### **DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS**

Eu,....., CPF....., representante da empresa ..... , CNPJ ..... , no cargo de ..... , declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade> e [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”).

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Nome

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação LICITAÇÃO CAIXA nº 215/2024 que:

- se enquadra na condição de \_\_\_\_\_ *(a licitante deve informar se é microempresa **ou** empresa de pequeno porte **ou** microempreendedor individual - MEI)*, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte*] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempreendedor individual - MEI*], e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

**No caso de cooperativa que se equipara à MPE**, conforme estabelece a Lei 11.488/2007, em seu artigo 34, a **declaração acima deve ser substituída pela seguinte:**

- não auferiu no ano-calendário anterior, receita bruta superior ao limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, estabelecido na referida Lei.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**ANEXO VI****TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Licitação CAIXA n.º 215/2024.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;



6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

-----  
[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,  
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ **[Inserir nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a Licitação CAIXA nº. 215/2024, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

**Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados**

a) Proposta e Planilha (se for o caso);

( ) Proposta Comercial, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

( ) Planilha Orçamentária, devidamente assinada; **(manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)**

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

( ) Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº \_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; **(Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))**

( ) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

( ) CND FGTS

( ) CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

( ) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;

( ) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; **(identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)**

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

( ) \_\_\_\_\_;

( ) \_\_\_\_\_;

( ) \_\_\_\_\_;

( ) \_\_\_\_\_;

( ) \_\_\_\_\_;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

*“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*[...]*

*II – autenticação de cópia de documento, [...]*

*[...]*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”*

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).